



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO–UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB

Mestrado Profissional em Biblioteconomia – MPB

Eliane Azevedo Gomes

PARTICIPAÇÃO DAS COLEÇÕES DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES NA  
PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PESQUISADORES DA ÁREA DE DIREITO NO  
TRIÊNIO 2010-2012: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Rio de Janeiro

2017

Eliane Azevedo Gomes

PARTICIPAÇÃO DAS COLEÇÕES DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES NA  
PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PESQUISADORES DA ÁREA DE DIREITO NO  
TRIÊNIO 2010-2012: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra Nanci Elizabeth Oddone

RIO DE JANEIRO

2017

G 633	<p data-bbox="470 1332 1300 1355">Gomes, Eliane Azevedo</p> <p data-bbox="470 1366 1300 1489">Participação das coleções do Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores da área de Direito no triênio 2010-2012: um estudo bibliométrico / Eliane Azevedo Gomes. – 2017.</p> <p data-bbox="518 1500 582 1523">102f.</p> <p data-bbox="518 1568 965 1590">Orientadora: Nanci Elizabeth Oddone.</p> <p data-bbox="470 1601 1300 1691">Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2017.</p> <p data-bbox="470 1736 1300 1825">1. Portal de Periódicos da Capes. 2. Bibliometria. 3. Periódicos Científicos. 4. Pesquisa jurídica. I. Oddone, Nanci Elizabeth, orient. II. Título.</p> <p data-bbox="1125 1870 1300 1892">CDD 025.04</p>
-------	--

ELIANE AZEVEDO GOMES

PARTICIPAÇÃO DAS COLEÇÕES DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES NA  
PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PESQUISADORES DA ÁREA DE DIREITO NO  
TRIÊNIO 2010-2012: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em, 19/09/2017

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Marianna Zattar Barra Ribeiro– Titular Externo  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bruna Silva do Nascimento– Titular Interno  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Nanci Elizabeth Oddone – Orientadora  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Rio de Janeiro

2017

Dedico este trabalho a Deus que sempre me direciona e fortalece, a meu marido Marcos, a meu filho Natan e minha mãe Neyde que sempre me apoiaram.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por nunca me abandonar.

Ao meu marido por sempre me apoiar e incentivar durante os momentos mais difíceis.

Ao meu filho e à minha mãe por terem paciência e entenderem as intermináveis horas que eu ficava na frente do computador trabalhando na pesquisa.

À minha orientadora Dra Nanci Oddone que me incentivou e apoiou para que a construção dessa pesquisa fosse possível.

Aos amigos do trabalho, principalmente à Luciana que me incentivou a fazer o mestrado. Ao Fábio pela paciência nas incontáveis vezes que o aluguei para debater sobre o tema. À Ilka, à Fátima e à Renata pelo apoio e incentivo.

Aos amigos do mestrado da turma 2015.1 que fizeram parte deste meu crescimento. Em especial aos Oddone's Cida, Silvane, José Antônio e Bernardo que sempre estiveram me apoiando e incentivando nos momentos de fragilidade. A minha amiga/irmã Patrícia Costa que o mestrado me deu de presente.

À professora Elisa Campos Machado e ao professor Alberto Callil pela introdução ao tema política pública a partir do livro do Leonardo Secchi trabalhado na disciplina Políticas públicas para bibliotecas.

À professora Simone Rocha Weitzel e ao professor Fernando César Lima Leite que aceitaram participar da banca de qualificação e com isso trouxeram diversas contribuições à dissertação.

À bibliotecária Celeste Toquarto da Biblioteca do CCS da UFRJ pela ajuda com o Comut. À bibliotecária Ligia Alves da Cruz, que além de ter sido minha supervisora na época do estágio na FGV, muito me ajudou na recuperação dos artigos que eu tanto precisava. Ao bibliotecário Rainer Finelli Gomes da PUC/MG pela rapidez com que respondeu as solicitações de Comut e toda a paciência com minhas constantes solicitações de ajuda.

E a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação.

“Conhecer é reduzir o desconhecido ao conhecido”

(ALVES, 1996, p.43)

## RESUMO

Nesta pesquisa o Portal de Periódicos da Capes é visto como uma política pública de acesso à informação com base no conceito de política de informação definido por González de Gómez. Infere que o Portal de Periódicos da Capes enquanto política é uma ação voltada a modificar o regime de informação vigente. Avalia a participação dos títulos estrangeiros do Portal de Periódicos da Capes na produção dos pesquisadores brasileiros da área do Direito de acordo com as características encontradas na sua produção científica durante o triênio 2010-2012. Recorre ao estudo da produção científica de artigos científicos estrangeiros e à análise de citações para interpretação, tratamento e análise da produção científica internacional dos docentes do quadro permanente dos Programas de Pós-graduação em Direito com mestrado e doutorado que obtiveram notas 4, 5 e 6, no triênio 2010-2012. Compara os referidos títulos dos periódicos aos disponibilizados no Portal de Periódicos da Capes. Mostra que a oferta de títulos pelo Portal de Periódicos da Capes para a área de Direito vem diminuindo ao longo do período analisado. Indica que os pesquisadores da área do Direito utilizam pouco dos títulos disponíveis no Portal, preferindo utilizar títulos que estão disponíveis em acesso aberto e em formato impresso. Aponta que existem títulos de interesse dos pesquisadores que ainda não fazem parte da coleção do Portal da Capes e que merecem atenção.

Palavra-chave: Portal de Periódicos da Capes. Políticas públicas de informação. Periódicos jurídicos.



## **ABSTRACT**

In this research the Capes Portal of Scientific Journals is seen as a public policy of access to information based on the concept of information policy defined by González de Gómez. It is inferred that the Capes Portal of Scientific Journals while policy is an action aimed to modify the current information system. It evaluates the participation of the foreign titles from the Capes Portal of Scientific Journals on the production of the Brazilian researchers from the area of Law according to the characteristics found in their scientific production during the triennium 2010-2012. It resorts to the study of scientific production focused on foreign scientific articles and on the analysis of the quotes for interpretation, treatment and analysis of the international scientific production from the permanent teachers' staff of the post-graduation in Law Programs with master's and doctorate that got grades 4, 5 and 6 on the triennium 2010-2012, as well as for comparison of the referred titles to the available on the Capes Portal of Scientific Journals. It compares the referred titles from the scientific journals to those available on the Capes Portal of Scientific Journals. It shows that the offer of titles by the Capes Portal of Scientific Journals for the area of Law has been diminishing along the analyzed period. It indicates that the researchers from the area of Law use very little of the titles available at the Portal, preferring to use titles that are available in open access and in printed format. Also it is perceived that titles of interest of the researchers that still aren't part of the Capes Portal collection and deserve attention.

Keyword: Capes Portal of Scientific Journals. Public Policies of information. Law Journals.

## Lista de Ilustrações

Gráfico 1	Período de Criação dos Mestrados em Direito, agosto 2015	57
Gráfico 2	Período de Criação dos Mestrados e Doutorados em Direito, agosto 2015	58
Gráfico 3	Títulos de periódicos nacionais disponíveis no Portal de Periódicos da Capes	63
Gráfico 4	Títulos de periódicos estrangeiros disponíveis no Portal de Periódicos da Capes	63
Gráfico 5	Variação de títulos estrangeiros no período de 2015-2017	64
Quadro 1	PPGDs divididos por notas da Capes	66
Gráfico 6	Total de Professores do quadro permanente dos PPGDs no triênio 2010-2012	67
Gráfico 7	Distribuição dos artigos publicados no triênio 2010-2012	69

## Lista de Tabelas

Tabela 1	Evolução da Assinatura de Títulos Estrangeiros, 2000-2015	31
Tabela 2	Distribuição dos Periódicos por Áreas do Conhecimento, abril 2016	32
Tabela 3	Classificação Temática das Pesquisas sobre o Portal, 2000-2016	41
Tabela 4	Distribuição das Temáticas pelo Ano de Publicação, 2000-2016	42
Tabela 5	Período de Criação dos Mestrados em Direito, agosto 2015	56
Tabela 6	Período de Criação dos Doutorados em Direito, agosto 2015	57
Tabela 7	Idiomas predominantes dos títulos disponíveis em 2015	64
Tabela 8	Distribuição geográfica das editoras dos títulos disponíveis em 2015	65
Tabela 9	Modelo de negócio dos títulos disponíveis em 2015	66
Tabela 10	Idiomas aceitos para publicação	70
Tabela 11	Distribuição geográfica das editoras dos títulos publicados	70
Tabela 12	Modelo de negócio dos títulos publicados	71
Tabela 13	Idiomas aceitos para publicação nos títulos publicados	72
Tabela 14	Distribuição geográfica das editoras dos títulos citados	73
Tabela 15	Modelo de negócio adotado pelos periódicos citados	73
Tabela 16	Modelo de negócio da lista consolidada	74

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBU	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CCN	Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas
CESUPA	Centro Universitário do Pará
CESUMAR	Centro Universitário de Maringá
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EDESP/FGV	Escola de Direito de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas
ESDHC	Escola Superior Dom Helder Câmara
FADISP	Faculdade Autônoma de Direito
FAPESP	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FDMC	Faculdade de Direito Milton Campos
FDSM	Faculdade de Direito do Sul de Minas
FDV	Faculdade de Direito de Vitória
FEESR	Fundação de Ensino Eurípedes Soares Rocha
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMU	Faculdades Metropolitanas Unidas
FUFSE	Fundação Universidade Federal de Sergipe
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Informação em Ciência e Tecnologia
IDP	Instituto Brasiliense de Direito Público
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>

ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
ITE	Instituto Toledo de Ensino
MEC	Ministério da Educação
PAAP	Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos
PAP	Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas Universitárias
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PNBU	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPGD	Programa de Pós-Graduação em Direito
PROBE	Programa Biblioteca Eletrônica
PROBIB	Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias
PRÓ- MULTIPLICAR	Programa de Formação de Multiplicadores do Portal de Periódicos
PUC/MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDBib	Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior
SeSu	Secretaria de Ensino Superior
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UCB	Universidade Castelo Branco
UCP/RJ	Universidade Católica de Petrópolis
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEL	Universidade Estadual de Londrina

UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB/JP	Universidade Federal da Paraíba/ João Pessoa
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UGF	Universidade Gama Filho
UI	Universidade de Itaúna
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
UNB	Universidade de Brasília
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIBIBLI	Sistema de Bibliotecas da UNIRIO
UNIBRASIL	Centro Universitário Autônomo do Brasil
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UniCEUB	Centro Universitário de Brasília
UNICURITIBA	Centro Universitário Curitiba

UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFIEO	Centro Universitário Fieo
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIMAR	Universidade de Marília
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos
UNIPAR	Universidade Paranaense
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRITTER	Centro Universitário Ritter dos Reis
UNISAL	Centro Universitário Salesiano de São Paulo
UNISANTOS	Universidade Católica de Santos
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNIVALI	Universidade do Vale de Itajaí
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
USP	Universidade de São Paulo
UVA	Universidade Veiga de Almeida

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
2	<b>PROBLEMA E OBJETIVOS</b> .....	18
2.1	<b>Problema</b> .....	18
2.2	<b>Objetivos</b> .....	18
2.2.1	Objetivo geral.....	18
2.2.2	Objetivos específicos.....	18
3	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL</b> .....	20
4	<b>AQUISIÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ESTRANGEIROS: DO PNBU AO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES</b> .....	27
5	<b>COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA</b> .....	34
6	<b>AVALIAÇÃO DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES</b> .....	39
7	<b>PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NA ÁREA DO DIREITO</b> .....	49
7.1	<b>Periódicos científicos na área do Direito</b> .....	49
7.2	<b>Pós-graduação na área do Direito no Brasil</b> .....	52
8	<b>ESTRATÉGIA METODOLÓGICA</b> .....	59
9	<b>RESULTADOS</b> .....	62
9.1	<b>Periódicos de Direito no portal de periódicos da Capes</b> .....	62
9.2	<b>Programas de pós-graduação na área do Direito</b> .....	66
9.3	<b>Pesquisadores do quadro permanente dos PPGDs</b> .....	67
9.4	<b>Periódicos científicos estrangeiros publicados</b> .....	67
9.5	<b>Periódicos científicos estrangeiros citados</b> .....	71
9.6	<b>Periódicos científicos estrangeiros publicados e citados</b> .....	74
10	<b>DISCUSSÃO E ANÁLISE</b> .....	76
11	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	78
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81
	<b>APÊNDICE A – LISTA CONSOLIDADA DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ESTRANGEIROS PUBLICADOS E CITADOS</b> .....	91
	<b>ANEXO A – CONSULTA AO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES VIA SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO</b> .....	101



## 1 INTRODUÇÃO

O Portal de Periódicos da Capes foi criado com o objetivo de centralizar e democratizar o acesso da comunidade brasileira de pesquisa à literatura científica internacional em todas as áreas do conhecimento. Nesse contexto, o Portal representa e viabiliza uma política de âmbito nacional, ainda que não documentada, de acesso à informação científica; uma política que, definindo o acesso a determinadas publicações e não a outras, acaba por influenciar e até mesmo a interferir na produção intelectual brasileira. No entanto, os pesquisadores, usuários do Portal, não participam da seleção dos títulos que formam as coleções do Portal, nem são chamados a opinar sobre sua qualidade. A única forma de participação que lhes é permitida na formulação e na avaliação dessa política pública é por meio do uso, em duas circunstâncias: no momento de publicar seus artigos e no momento de citar seus pares. A literatura publicada demonstra, porém, que existem poucos estudos que se dedicaram a avaliar a eficácia dessa política por meio da aferição desses dois indicadores. Considerando tais argumentos, a presente pesquisa se propõe a verificar a aprovação e o reconhecimento das coleções do Portal por parte dos pesquisadores brasileiros da área do Direito, respondendo à seguinte questão: Qual foi a participação dos títulos estrangeiros disponíveis no Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores da área do Direito durante o triênio 2010-2012?

A escolha da área do Direito ocorreu porque a autora atua como bibliotecária desde 2010, na Biblioteca Carvalho de Mendonça da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Durante este período, ela ministrou dois treinamentos sobre o Portal de Periódicos da Capes, enquanto atuou no setor de referência da referida Biblioteca, e o divulgou entre os discentes de graduação e pós-graduação. A frequência discreta dos discentes nos referidos treinamentos, bem como a baixa procura por orientação sobre esta fonte de informação levaram à reflexão e ao questionamento que motivou esta pesquisa.

Outro fator que estimulou o estudo na área do Direito foi o fato de encontrar poucas pesquisas dentro da área de Biblioteconomia e Ciência da informação que tivessem como temática a preocupação com os periódicos da área do Direito. Em levantamento feito para esta pesquisa não foram localizados trabalhos que estudassem a coleção de periódicos da área do Direito disponível no Portal de Periódicos da Capes ou qualquer outro aspecto ligando a área e a temática do Portal de Periódicos da Capes.

Para a realização desta pesquisa, foi realizado um levantamento dos títulos de periódicos estrangeiros citados nas produções científicas publicadas em periódicos internacionais pelos professores do quadro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Direito (PPGDs) a fim de verificar sua disponibilidade para acesso por meio do Portal de Periódicos da Capes. Para obter esses dados, recorreu-se ao site da Capes para identificar os PPGDs reconhecidos pela Capes, com mestrado e doutorado simultaneamente. Após essa identificação, utilizaram-se os Cadernos Indicadores da Capes para coletar as informações dos professores que pertenciam ao quadro permanente dos PPGDs no triênio 2010-2012 e suas produções científicas publicadas em artigos de periódicos estrangeiros. De posse desses dados, foi feita a recuperação dos artigos em texto completo para que fosse possível o levantamento das citações a periódicos estrangeiros. Esses títulos de periódicos citados foram pesquisados no Portal de Periódicos da Capes a fim de verificar se estavam disponíveis para acesso.

A dissertação foi dividida em onze seções organizadas da seguinte forma. Após a introdução, a segunda seção apresenta o problema e os objetivos da pesquisa.

A terceira seção versa sobre as políticas públicas de acesso à informação científica e tecnológica. Para compreender essa temática foram empregados os conceitos defendidos por Leonardo Secchi (2014; 2016) para políticas públicas e ciclo de políticas públicas. Fazendo um recorte conceitual utilizou-se Maria Nélide González de Gómez (1999; 2002; 2012) para trabalhar com as políticas públicas de informação. Analisou-se a trajetória das políticas de públicas de informação científica e tecnológicas, passando por cinco momentos: a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Capes e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD); os planos nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico; a mudança no discurso dos sistemas nacionais de informação científica e tecnológica que influenciaram em uma nova abordagem no uso das informações; a primeira política pública voltada a Bibliotecas Universitárias com foco nos programas de aquisição de periódicos científicos e o seu acesso pela comunidade científica, destacando a implementação do Portal de Periódicos da Capes.

A quarta seção investiga a aquisição dos periódicos científicos estrangeiros pelas bibliotecas das universidades. Passando por quatro momentos: os programas de aquisição de periódicos científicos em papel; o Programa Biblioteca Eletrônica (Probe), a implementação do Portal de Periódicos da Capes; a primeira avaliação do Portal de Periódicos da Capes ocorrida em 2003; e as mudanças ocorridas no Portal desde a sua implementação.

A quinta seção aponta a importância do periódico científico para a divulgação e circulação do conhecimento e suas funções no processo de legitimação das descobertas científicas. Destaca o crescimento da produção científica ao longo dos anos e as dificuldades das bibliotecas adquirirem as coleções que cobriam as áreas do conhecimento. Apresenta o surgimento dos periódicos eletrônicos na década de 1990, seu controle pelas grandes editoras internacionais e o crescimento de publicações em acesso aberto.

A sexta seção faz uma análise da literatura científica produzida sobre o Portal de Periódicos da Capes. Perpassando pelas temáticas abordadas no período de 2000 a 2016; enfatizando os trabalhos que abordaram a avaliação do Portal na perspectiva de seu impacto sobre a pesquisa e sobre a produção dos pesquisadores e os trabalhos que propuseram estudar o Portal de Periódicos da Capes como uma política pública de informação.

A sétima seção traz um panorama histórico sobre a pesquisa científica na área do Direito. Destacando suas características, a trajetória da comunicação científica na área, as características dos periódicos científicos na área, finalizando com um histórico sobre a pós-graduação na área.

A oitava seção apresenta a metodologia, os procedimentos metodológicos utilizados para cumprir os objetivos da pesquisa e as etapas da coleta de dados.

A nona seção apresenta os resultados do levantamento da coleção do Portal de Periódicos da Capes e da sua contribuição no suporte às demandas dos professores do quadro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Direito no triênio 2010-2012. A décima seção apresenta a análise e discussão dos resultados e a décima primeira seção traz as considerações finais da dissertação.

## **2 PROBLEMA E OBJETIVOS**

Nesta seção será apresentada a questão que norteou este estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos que conduziram o desenvolvimento desta pesquisa.

### **2.1 Problema**

O Portal de Periódicos da Capes foi criado com o objetivo fornecer acesso à informação científica internacional em âmbito nacional. Representa e instrumentaliza uma política de acesso à informação científica que a partir das escolhas de assinaturas de suas coleções acaba por influenciar e até mesmo a interferir na produção intelectual brasileira. Os pesquisadores que se utilizam do Portal acabam participando das escolhas por meio do uso, em duas circunstâncias: no momento de publicar seus artigos e no momento de citar seus pares. Na literatura científica da área existem poucos estudos que se dedicaram a avaliar a eficácia dessa política por meio da aferição desses dois indicadores. Considerando tais argumentos, a presente pesquisa pretende averiguar a aprovação e o reconhecimento das coleções do Portal por parte dos pesquisadores brasileiros da área do Direito, respondendo à seguinte questão: Qual foi a participação dos títulos estrangeiros disponíveis no Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores da área do Direito durante o triênio 2010-2012?

### **2.2 Objetivos**

Os objetivos estão divididos em objetivo geral e específicos, detalhados a seguir.

#### **2.2.1 Objetivo Geral**

Mensurar a participação dos títulos estrangeiros disponíveis no Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores da área do Direito durante o triênio 2010-2012.

#### **2.2.2 Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos serão a seguir pormenorizados:

- a) identificar os periódicos estrangeiros disponibilizados pelo Portal de Periódicos da Capes na área do Direito, selecionando os que são assinados;

- b) identificar os programas de pós-graduação da área do Direito com conceitos 4, 5 e 6 que possuíam mestrado e doutorado durante o triênio 2010-2012;
- c) identificar os docentes que integravam o quadro permanente dos programas definidos na letra b) durante todo o triênio 2010-2012;
- d) levantar os artigos científicos que os pesquisadores listados na letra c) publicaram em periódicos estrangeiros durante o triênio 2010-2012;
- e) identificar o título dos periódicos estrangeiros nos quais os artigos listados na letra d) foram publicados e o título dos periódicos estrangeiros citados nesses artigos, indicando seu suporte (impresso, digital ou ambos) e seu modelo de negócio (acesso aberto ou fechado);
- f) consolidar os periódicos estrangeiros obtidos na letra e), selecionando os que possuem versão digital de acesso fechado;
- g) comparar a seleção de títulos estrangeiros obtida na letra f) com a seleção de títulos estrangeiros obtida na letra a), extraindo indicadores de demanda versus oferta de títulos e de participação dos periódicos assinados pela Capes na produção científica dos docentes da área de Direito.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

Para entender o campo das políticas públicas é necessário compreender os conceitos de problema público e de política pública. Por definição um problema só existe quando a situação atual se torna insatisfatória e há possibilidade de alcançar uma situação melhor. Esse problema se torna público quando os atores políticos o consideram relevante para a coletividade (SECCHI, 2014). O conceito de políticas públicas de informação mais conhecido na Biblioteconomia e na Ciência da Informação e que vem direcionando os estudos sobre política de informação no Brasil (SILVA; PINHEIRO, 2012) é o firmado por Maria Nélide Gonzalez de Gomez (1999) que o define como ações ou decisões tomadas com a intenção de preservar, reproduzir ou mudar o modo de informação dominante.

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. As políticas públicas irão tratar das decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões com base no conteúdo concreto e simbólico que a constitui. Para isso existem dois elementos fundamentais “intencionalidade pública e resposta a um problema público, em outras palavras, [...] o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI, 2014, p. 1-2). O passo seguinte é a formulação de alternativas que são definidas de acordo com “as opções políticas formuladas dentro do governo, considerando os limites de cada solução proposta, as restrições de recursos, o apoio político, bem como as restrições legais” (BRASIL, 2013, p. 51). Essas alternativas visam elaborar “métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos” (SECCHI, 2014, p. 48).

Segundo Silva e Pinheiro (2012) o conceito de regime de informação, tal como formulado por González de Gómez, tem orientado os estudos sobre políticas de informação no Brasil. Para a autora, uma política de informação pode ser definida, de maneira ampla, como um

conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um regime de informação e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro, e em princípio o lócus de sua manifestação seria o Estado e as políticas públicas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 69).

O termo regime de informação foi concebido por Bernd Frohmann “como uma genealogia das políticas de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 50), uma crítica ao que o autor julgava ser um reducionismo das abordagens da política de informação, que se mantiveram restritas aos problemas de produção, organização e disseminação de informação

científico-tecnológica, equiparando a informação aos bens de consumo e colocando o Estado como facilitador da acumulação capitalista (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Nesse mesmo contexto, González de Gómez define regime de informação como o

modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 61).

No Brasil, a partir da década de 1950, o Estado assumiu seu papel como agente privilegiado na elaboração e implantação de políticas de ciência e tecnologia (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). A criação do CNPq e da Capes em 1951 instaurou um novo regime de informação que fez surgir demandas de acesso à informação científica por parte de uma comunidade crescente de cientistas. A criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954 visou minorar as dificuldades encontradas pelos pesquisadores e por suas instituições, mas não foi suficiente para garantir a solução do problema, que se agravou nas décadas seguintes. No período de 1970 a 1972 surgiu o Programa Metas e Bases para a Ação do Governo, que lançou as “bases para a definição de uma política científica, para a implementação de um sistema de informação científica e tecnológica (ICT), bem como para a criação de mecanismos financeiros destinados a apoiar essas iniciativas” (GOMES, 1988, p. 112). Entre 1972 e 1974 foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que criou o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) visando consolidar a infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica e dos sistemas de apoio ao desenvolvimento (GOMES, 1988). O II PND (1975-1979) estabeleceu o II PBDCT, que tinha como meta fortalecer a ciência e a tecnologia para modernizar a indústria, a economia e a sociedade (GOMES, 1988). O capítulo X do II PBDCT incluía a “informação científica e tecnológica com a finalidade de fornecer elementos para a decisão, tanto a nível político-administrativo, como a nível técnico-científico” (GARCIA, 1980, p. 47). Entretanto, segundo Gonzalez de Gómez (2002), o planejamento dos sistemas nacionais de ICT não encontrou representação estável e transparente nos atores sociais envolvidos, tanto porque a informação científica era objeto de políticas indiretas e tácitas quanto

porque o escopo e abrangência das políticas de informação recortadas sobre o grande mapa das políticas públicas [eram] frequentemente deslocados, de acordo com definições de prioridades conjunturais e em constante mudança (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 29).

Com a emergência das tecnologias eletrônicas de informação e comunicação, um novo cenário se configurou. Para González de Gómez, “o discurso dos sistemas nacionais de informação científico-tecnológica, colocado como questão de Estado, começava a ser substituído por um discurso de cunho econômico” (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 29). Nessa nova perspectiva, a infraestrutura necessária ao armazenamento, tratamento e recuperação da informação deixou de ser a preocupação central das políticas de informação, implicando na reformulação das competências dos órgãos criados na década de 1950 e na adoção de uma lógica de mercado. Segundo Castells, o princípio que orienta essa lógica é o conceito de Sociedade da Informação, o qual

indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico (CASTELLS, 2012, p. 65).

Na esfera da Biblioteconomia, considera-se que a primeira política pública brasileira dirigida especificamente às bibliotecas e ao desenvolvimento dos seus acervos bibliográficos surgiu em 1986 (CAETANO, 2012), quando o governo federal criou o Plano e em seguida o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) no âmbito da Secretaria da Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (BRASIL, 1986b, 1986a, 1986c). O PNBU foi reconhecido como uma política necessária em decorrência de vários fatores, entre eles o fortalecimento da pós-graduação ao longo da década de 1970, a crise econômica dos anos 1980 e os intensos debates promovidos nas edições do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) a partir de 1978 (GARCIA, 1980; CHASTINET, 1990; LUBISCO, 2001; CUNHA; DIÓGENES, 2016). Desde a sua primeira edição, o SNBU constituiu uma forma de sensibilizar o governo e buscar soluções para os graves problemas que afligiam as bibliotecas universitárias desde a reforma universitária de 1968. No IV SNBU, realizado em 1985, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), sucessor do IBBD, elaborou um documento reunindo todas as recomendações e propostas de soluções apontadas nos SNBUs anteriores. Esse documento se tornou a base utilizada pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) para formular o PNBU. Segundo Lubisco, no entanto,

a proposta inicial [do PNBU] revestiu-se [...] de extrema ambição e nenhuma possibilidade de viabilização, [...] pela grandeza que seria montar uma “rede nacional de informação e documentação nas diferentes áreas do conhecimento”, considerando dois fatores a serem enfrentados: os elevados custos da tecnologia computacional à época e [...] a defasagem cultural dominante ao nível das mentalidades (LUBISCO, 2001, p. 80).



Entre 1986 e 1990, a equipe envolvida no desenvolvimento do PNBU produziu diversos relatórios e documentos de grande aplicabilidade nas bibliotecas, demonstrando a importância do Programa e seus muitos benefícios, “tanto no que diz respeito a recursos de diversas ordens que lhes foram alocados, quanto à capacitação de pessoal e, principalmente, à possibilidade de desenvolver uma visão da biblioteca universitária não só integrada à vida acadêmica, mas à vida do país” (LUBISCO, 2001, p. 81-82). Um desses benefícios foi o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP), cujo objetivo era “assegurar o acesso, em território nacional, aos periódicos estrangeiros mais importantes nas áreas do conhecimento, para as quais o país mantinha cursos de mestrado e doutorado” (KRZYZANOWSKI, 2007, p.8). Durante o seu funcionamento, os recursos do PAP foram responsáveis pela assinatura de 7.079 periódicos, envolvendo uma coleção de 2.334 títulos em 63 áreas do conhecimento, distribuídos entre dezenove instituições federais de ensino superior espalhadas por cinco regiões geográficas do país (MUELLER, 1990; KLAES; SILVA; CHASTINET, 1990).

Após três anos de estudos e ações voltadas ao enfrentamento dos problemas das bibliotecas universitárias nacionais, a 1ª Assembléia Geral do PNBU foi realizada em junho de 1989, durante o VI SNBU. Já se constatava, naquele momento, que havia pouca “convicção [por parte] do governo quanto à real necessidade do país contar com políticas e recursos específicos para o setor biblioteca” (LUBISCO, 2001, p. 83). A falta de dotação orçamentária específica para o Programa, por sua vez, além da alocação e distribuição deficitárias dos recursos disponíveis durante esses três anos, eram indícios claros das grandes dificuldades enfrentadas pelo PNBU, explicando e de certa forma antecipando sua solução de continuidade. Em fevereiro de 1990, porém, com a designação de Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (Probib), o PNBU foi tardiamente institucionalizado por intermédio do Decreto n. 98.964 (BRASIL, 1990). Os esforços realizados para a sua institucionalização não garantiram, no entanto, sua sobrevivência, pois na transição do período militar para a Nova República “sua vulnerabilidade anterior [...] não resistiu à ação abrupta da Secretaria de Administração do Governo Collor” (LUBISCO, 2001, p. 84) a partir de março de 1990: transformado no Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior (SDBib) e alocado no quinto escalão do Ministério da Educação, o Programa não possuía qualquer poder de ação ou coordenação. Segundo Cunha e Diógenes,

depois que o PNBU foi [...] formalizado, [...] o programa original se fragilizou, primeiro pela falta de vontade política demonstrada pelos novos

gestores do MEC [...] em efetivamente assumir o programa como uma política pública do Estado. Segundo, pela saída da mentora e coordenadora do programa, que com o carisma e a competência que lhe eram peculiares, construiu exemplarmente um programa dessa envergadura (CUNHA; DIÓGENES, 2016, p. 108).

O quadro político que resultou na criação do PNB/Probib parece constituir o que Leonardo Secchi (2014) conceitua, dentro do ciclo de políticas públicas, como a etapa de identificação do problema, ou seja, a constatação de uma situação indesejada que tem a possibilidade de melhorar. Esse quadro também indica que o poder público já estava inclinado a solucioná-lo, uma vez que diversas ações foram criadas para atender às demandas da comunidade acadêmica. A etapa seguinte foi a formulação de alternativas e de possíveis soluções para o problema, considerando custos, efeitos e prioridades. No caso do PNB/Probib, muitas variáveis acabaram convergindo para inviabilizar sua consolidação. Diversos autores (GARCIA, 1991; LUBISCO, 2001; SILVA, 2009; SILVA, 2010; CAETANO, 2012; CUNHA; DIÓGENES, 2016) examinaram a influência desses fatores, mas todos são unânimes ao ressaltar a importância e o impacto gerados pela primeira política nacional voltada para as bibliotecas universitárias e para o desenvolvimento dos acervos bibliográficos destinados a estimular a pesquisa e a produção científica no país.

A desaceleração do PNB/Probib em 1990 não representou, todavia, sua imediata extinção. Financiado por uma ação conjunta entre a Capes, o CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Programa teve suas duas principais atribuições divididas: a Capes ficou responsável pela distribuição de periódicos e a SESu pela distribuição de livros (SILVA, 2009). A progressiva redução dos recursos disponibilizados pelo governo para a aquisição de materiais bibliográficos e a definitiva suspensão do Probib e do PAP no início em 1994 obrigaram as universidades a sustentar, com recursos próprios, a renovação total de suas assinaturas, o que acabou gerando muitas coleções interrompidas. A demanda pela atualização dos periódicos estrangeiros continuou crescendo e para solucionar o problema a Capes criou um novo Programa em 1995, o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP), para garantir a assinatura dos volumes referentes a 1995 e a complementação das coleções interrompidas nos anos anteriores. A falta de recursos, no entanto, era crônica e nos anos seguintes o problema se agravou (ODDONE; MEIRELLES, 2006).

A literatura que aponta o surgimento do Portal de Periódicos da Capes como sucessor do PNB/Probib e como solução política, de âmbito nacional, para o problema do acesso à informação científica no Brasil, aponta que a crise financeira e as dificuldades de garantir o funcionamento do PAAP levaram a Capes a formular duas alternativas para suprir o acervo de

periódicos científicos das bibliotecas universitárias brasileiras. A primeira alternativa era inspirada na experiência europeia dos Centros de Referência Regional, que armazenavam coleções de periódicos impressos que serviam de base para a prestação de serviços de comutação bibliográfica (Comut) para o resto do país. Os entraves encontrados nesta alternativa residiam no fato das bibliotecas referenciais europeias funcionarem 24 horas e os textos serem escaneados, enviados pela rede e depois eliminados devido aos problemas de direito autoral. Essas questões somadas ao fato de ter que selecionar algumas bibliotecas que seriam responsáveis pela disseminação por meio do comut inviabilizavam a adoção dessa alternativa pelas instituições públicas nacionais (ALMEIDA, 2006).

A segunda alternativa era espelhada no Programa Biblioteca Eletrônica (ProBE), um consórcio de bibliotecas universitárias criado em 1999 pelo Estado de São Paulo e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) com o objetivo de oferecer acesso ao texto completo dos periódicos estrangeiros em meio eletrônico. O consórcio teve início com cinco universidades públicas e mais o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). A coleção reunia revistas eletrônicas já assinadas em papel pelas instituições partícipes por meio de contratos com as editoras *Elsevier*, *Science e Academic Press*. Os periódicos eram recebidos via CD-Rom, armazenados em um servidor local e acessados via rede (FERNANDES; CENDÓN, 2010b; CORREA *et al.*, 2008).

De acordo com Secchi (2014), a tomada de decisão, dentro do ciclo de políticas públicas, é a fase que sucede a formulação de alternativas. Normalmente nesta fase observa-se a existência de grupos de interesse que são mais atuantes. No caso da política que viria a substituir o PAAP, vários grupos incentivaram a proposta da assinatura de periódicos eletrônicos, não apenas por ser inovadora, mas por sua vantagem em termos de alcançar toda a comunidade acadêmica nacional. Na defesa dessa alternativa se colocaram a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU). Para viabilizar essa opção e garantir uma rede de internet acadêmica mais avançada, o governo criou o Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) em 1999 (CORREA *et al.*, 2008).

Tomada a decisão por uma alternativa, ela se torna uma política, ou seja, transformam-se as regras, rotinas e processos sociais em ações concretas. Assim, por intermédio da Portaria nº 34, de 19 de julho de 2001, a Capes regulamentou o Programa de Apoio à Aquisição de

Periódicos (PAAP) criado em 1995, estabelecendo um novo formato para a aquisição e uso dos periódicos científicos estrangeiros nas bibliotecas universitárias brasileiras e validando o Portal de Periódicos da Capes, lançado em 2000, como uma política pública de informação científica de âmbito nacional (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013).

Na seção seguinte serão apresentados detalhes dos fatos que envolveram a criação do Portal de Periódicos da Capes e a legitimação desta política pública, ainda hoje não suficientemente documentada e compreendida.

#### 4 AQUISIÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ESTRANGEIROS: DO PNBU AO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

Desde o advento do PNBU em 1986 a Capes assumiu a atribuição de garantir o acesso dos pesquisadores brasileiros à informação científica internacional, financiando, em parceria com outros órgãos nacionais de fomento à educação e à pesquisa, a assinatura de títulos publicados por editoras estrangeiras para integrar o acervo das bibliotecas universitárias. No período de 1987 a 1991 os periódicos eram adquiridos por meio do Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP), cujo objetivo era “assegurar a acessibilidade, em território nacional, aos periódicos estrangeiros mais importantes nas áreas do conhecimento nas quais o país [mantinha] cursos de mestrado e doutorado” (MUELLER, 1991, p. 111). Nesse contexto, a Capes repassava os recursos financeiros para as instituições federais de ensino superior, que efetuavam a aquisição e a renovação dos títulos de acordo com as suas necessidades.

A despeito dos méritos e da relevância do PNBU/Probib, o governo Collor de Mello decidiu redimensionar o Programa em 1991, transformando a “única ação que já existiu, no Brasil, de políticas públicas [...] para as bibliotecas universitárias de forma integrada, harmônica e regular” (CUNHA; DIÓGENES 2016, p. 109) em um serviço vinculado ao quinto escalão do Ministério da Educação (LUBISCO, 2001). Em decorrência da desaceleração das iniciativas do PNBU/Probib, os recursos desembolsados pelo governo federal para a renovação das assinaturas de periódicos foram sendo pouco a pouco reduzidos entre 1991 e 1994, forçando as universidades a assumir, com recursos próprios, a renovação de suas assinaturas. Os custos, no entanto, eram altos e as verbas, insuficientes, o que acabou impedindo a manutenção dos títulos correntes e a assinatura de títulos novos (ODDONE; MEIRELLES, 2006; FERNANDES; CENDÓN, 2010b).

Para solucionar o problema das coleções interrompidas e desatualizadas, em 1995 a Capes criou o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP). De acordo com Correa e outros, o PAAP “partia da premissa de que a qualidade da produção científica, tecnológica, cultural e artística brasileira estava relacionada às possibilidades de se consultar a informação publicada em revistas estrangeiras” (CORREA *et al.*, 2008, p. 131-132). O objetivo do Programa, portanto, era fortalecer os cursos de pós-graduação do país, promovendo o acesso imediato à informação científica e técnica internacional. De forma a otimizar os recursos, a partir de 1997 a Capes passou a centralizar a aquisição dos periódicos, produzindo uma economia significativa, embora o acesso aos títulos assinados ainda fosse desigual do ponto de vista geográfico. O processo envolvia vários atores e operações: os títulos eram

selecionados pelas bibliotecas participantes, o pagamento era feito pela Capes e os periódicos impressos eram enviados pelas editoras diretamente às universidades. As bibliotecas eram selecionadas de acordo com a quantidade de programas de pós-graduação que mantinham.

Elenara Almeida (2006) afirma que os problemas deste modelo envolviam a demora na seleção dos títulos a serem adquiridos, que gerava atraso no processo de aquisição e de envio dos exemplares impressos, e a irregularidade na entrega, que eventualmente ocasionava o extravio de fascículos e a interrupção da coleção, provocando descompasso no acesso aos novos conhecimentos e colocando os pesquisadores brasileiros em desvantagem em relação aos europeus e norte-americanos (CORREA *et al.*, 2008; FERNANDES; CENDÓN, 2010b; ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013). A partir 1999, porém, a redução orçamentária e a valorização do dólar em relação ao Real resultaram numa drástica redução do volume de recursos, originando uma séria crise na aquisição e na manutenção do acervo de periódicos estrangeiros das instituições de ensino superior. De acordo com Oddone e Meirelles,

o crescente aumento no preço cobrado pelas editoras internacionais dificultava a manutenção das dezenas de assinaturas dos mesmos títulos que eram necessárias às várias instituições de ensino e pesquisa nacionais, ameaçando a integridade de todos os acervos. (ODDONE; MEIRELLES, 2006).

Este cenário exigia medidas que evitassem o prejuízo da pesquisa nacional. Buscando uma solução, as universidades paulistas se organizaram e conceberam o Programa Biblioteca Eletrônica (Probe), “primeiro consórcio da América Latina para a aquisição cooperativa de revistas científicas eletrônicas” (TARUHN, 2007, p. 49). Criado em maio de 1999 e financiado pela Fapesp, o objetivo do Probe era oferecer à comunidade acadêmica das instituições consorciadas a consulta ágil e atualizada, por meio eletrônico, aos textos completos dos periódicos científicos internacionais (PROBE, 2015). As instituições consorciadas eram a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Bireme, que possuíam “experiência anterior de trabalho cooperativo [na] elaboração do Catálogo Coletivo Unibibli em CD-Rom, que reuniu os acervos das três universidades estaduais paulistas utilizando a tecnologia Bireme/OPAS/OMS” (KRZYZANOWSKI; TARUHN, 1998, p. 195). De 1999 a 2001 mais 35 instituições de ensino e pesquisa ingressaram no consórcio, envolvendo uma comunidade de 140 mil usuários potenciais e uma coleção de 2.340 títulos de periódicos da Elsevier Science, Academic Press, MIT, Blackwell, High Wire Press e Gale Group (TARUHN, 2007; KRZYZANOWSKI; TARUHN, 2002).

Logo de início o Probe oferecia acesso a 606 periódicos eletrônicos publicados pela Elsevier Science, o que já representava “um ganho expressivo para as coleções impressas das bibliotecas cooperantes” (ODDONE; MEIRELLES, 2006). Segundo Krzyzanowski e Taruhn (1998), a opção pelas publicações da Elsevier ocorreu devido aos seguintes fatores: a) a extraordinária posição que a editora ocupava no mercado editorial global; b) o fato das instituições consorciadas já assinarem 670 títulos de revistas científicas impressas da editora; c) o fato desses títulos já se encontrarem disponíveis em formato eletrônico; d) a constatação de que 95% dos periódicos publicados pela Elsevier eram indexados pela Web of Science. Nos anos seguintes, a aceitação e o sucesso do Probe entre os usuários implicou na progressiva ampliação de sua coleção. A assinatura de novos títulos se baseava em dois critérios: a) o periódico deveria estar indexado na Web of Science ou na Current Contents Connect, ou seja, nas principais bases de dados referenciais internacionais especializadas; b) o periódico deveria ser de interesse da maioria das instituições consorciadas (PROBE, 2015). Em dezembro de 2002, quando o Probe encerrou suas atividades, 2.248 títulos de periódicos científicos, de diferentes áreas do conhecimento, haviam sido disponibilizados e quase 2,2 milhões de usuários haviam baixado textos completos por intermédio do Programa (KRZYZANOWSKI; TARUHN, 2002; ODDONE; MEIRELLES, 2006).

Nesse mesmo período, pressionada pelas constantes mudanças políticas e pelo alto custo das publicações estrangeiras, a Capes buscava alternativas para evitar a compra duplicada de títulos, a dispersão dos acervos e a disparidade geográfica resultantes da estratégia de aquisição adotada até então, que privilegiava os grandes centros econômicos regionais (ODDONE; MEIRELLES, 2006). Encorajada pela experiência positiva do Probe, a Capes decidiu-se então pelo modelo de acesso à informação em formato eletrônico, concebendo o Portal de Periódicos como instrumento de uma política de Estado cujos principais objetivos eram o acesso democrático ao conhecimento produzido internacionalmente e o incentivo à produção científica nacional (ALMEIDA; GUIMARÃES; ALVES, 2010). Quando a primeira versão do Portal de Periódicos da Capes foi lançada, em novembro de 2000, a comunidade científica ainda resistia à ideia da migração dos periódicos impressos para os eletrônicos, o que levou a Capes a realizar reuniões com reitores e membros da Academia Brasileira de Ciências (ABC) na tentativa de sensibilizá-los (CORREA *et al.*, 2008). Talvez por isso, só em julho de 2001, por intermédio da Portaria nº 34, a Capes reformulou o Regulamento do PAAP, instituindo formalmente sua adesão ao formato eletrônico para a assinatura dos periódicos científicos. A Portaria determinou ainda as novas

estruturas organizacional, funcional e gerencial do Programa, atribuindo à Capes a exclusiva responsabilidade por sua coordenação geral e operacional. As instituições que poderiam ter acesso ao Portal incluíam universidades públicas federais, centros de pesquisa com curso de pós-graduação avaliado pela Capes, universidades públicas estaduais com curso de pós-graduação avaliado pela Capes e instituições particulares de ensino superior que possuísem pelo menos um doutorado com conceito cinco ou superior pela avaliação da Capes (CAPES, 2001). O conteúdo que iria compor o acervo do Portal foi selecionado de acordo com três critérios: a) títulos assinados pelo Prope e financiados pela Fapesp; b) títulos impressos assinados com recursos da Capes para as instituições federais de ensino superior; c) bases de dados referenciais indicadas pela CBBU (ALMEIDA, 2006). No que se refere à quantidade de recursos disponíveis quando o Portal entrou em funcionamento, porém, os dados mostram-se conflitantes: o histórico do website registra que a coleção era formada por 1.419 títulos de periódicos e nove bases referenciais; alguns autores, no entanto, mencionam um número maior de títulos (ALMEIDA, 2006; CORREA *et al.*, 2008; ALMEIDA; GUIMARÃES; ALVES, 2010; CAPES, 2017).

Nos anos seguintes, o custo de manutenção das assinaturas do Portal elevou-se de maneira significativa. A situação agravou-se em 2003, por conta de mudanças na Presidência da República, na Presidência da Capes e no Ministério da Educação que provocaram instabilidade política e de fato ameaçaram a continuidade do Portal, gerando rumores de interrupção no acesso a seu conteúdo. A verdade é que não existia uma política de seleção, descarte e manutenção de títulos para a coleção de periódicos e faltavam dados estatísticos que indicassem se os títulos assinados eram realmente utilizados (ALMEIDA, 2006). Para avaliar esse problema e propor soluções o Presidente da Capes à época constituiu um Grupo de Trabalho formado principalmente por bibliotecários das instituições de ensino superior. A avaliação foi realizada em duas etapas: na primeira o Grupo dedicou-se a analisar o uso das coleções assinadas pelo Portal e na segunda estudou estratégias para enfrentar as falhas de comunicação entre a Capes e o Ministério da Educação (ALMEIDA, 2006).

Ao analisar o grau de utilização dos periódicos assinados pelo Portal, o Grupo constatou que a Capes não dispunha de informações estatísticas suficientes para avaliar 39% da coleção. Ainda assim, o Grupo definiu como critério para renovação dos títulos uma utilização média superior a 30 consultas por mês no período de um ano, embora cerca de 55% dos títulos para os quais se dispunha de informação estatística não alcançassem essa média. A questão foi discutida com a comunidade acadêmica e esses títulos foram avaliados caso a



caso. O Grupo de Trabalho indicou então o corte de 12% da coleção, evitando, porém, excluir recursos que, “mesmo com uma utilização abaixo do padrão estabelecido, eram considerados relevantes para determinadas áreas do conhecimento” (ALMEIDA, 2006, p. 103). Na segunda etapa da avaliação, que buscava enfrentar os problemas de comunicação existentes entre a Capes e o Ministério da Educação, o Grupo de Trabalho dedicou-se a reunir e sistematizar as informações relevantes sobre o Portal, de forma a sensibilizar o governo federal sobre a importância da iniciativa para a ciência nacional (ALMEIDA, 2006).

Em face das recomendações do Grupo de Trabalho e da necessidade de reduzir os custos de manutenção do Portal, a Capes formalizou uma Comissão de Negociação em setembro de 2003 cuja função era renegociar o valor dos contratos com os fornecedores. Embora as editoras não tivessem interesse em diminuir o número de assinaturas, a Capes possuía informações sobre o baixo índice de uso de alguns periódicos e isso legitimava suas decisões. A reação das editoras foi positiva: o valor das assinaturas foi reduzido sem corte de conteúdo, exceto pela base de patentes Derwent Innovation Index; além disso, ao invés de antecipados e à vista, os pagamentos passariam a ser parcelados. De acordo com Almeida, o resultado das negociações foi vantajoso para a Capes, já que “somente no maior contrato existente, com a Editora Elsevier, houve uma redução de 30%” (ALMEIDA, 2006, p. 105). Os esforços empreendidos pela Capes em 2003 permitiram também que a coleção do Portal fosse ampliada para 3.379 periódicos com texto completo e 15 bases referenciais, um crescimento que se tornou exponencial a partir de 2004, quando o Portal passou a incluir 8.516 títulos com texto completo e 90 bases referenciais (ALMEIDA, 2006).

Nos primeiros quinze anos de sua existência, entre 2000 e 2015, o Portal passou por diversas mudanças e melhorias, tanto do ponto de vista das suas coleções como do ponto de vista de sua interface e funcionamento. Nesse período o acervo de periódicos estrangeiros disponíveis cresceu mais de 1.600%, aumentando de 1.419 para 23.560. Embora a agência não informe esses dados de forma consolidada e transparente, discriminando o quantitativo de títulos assinados por editora, os números encontrados na literatura e no website do Portal foram compilados na Tabela 1:

**Tabela 1 – Evolução da Assinatura de Títulos Estrangeiros, 2000-2015**

<b>ANO</b>	<b>TÍTULOS ESTRANGEIROS ASSINADOS</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
2015	37.818	14.258 títulos com acesso aberto
2013	37.073	

(Continua)

(Continuação)

ANO	TÍTULOS ESTRANGEIROS ASSINADOS	OBSERVAÇÕES
2012	33.756	
2011	+21.000	Quase 10 mil títulos com acesso aberto
2010	26.372	
2009	22.525	
2008	12.365	
2007	11.419	
2006	10.919	Inclusão de títulos em acesso aberto
2005	9.530	
2004	8.516	
2003	3.379	
2002	2.096	
2001	1.882	
2000	1.419	

Fonte: ALMEIDA; GUIMARÃES; ALVES, 2010; ALMEIDA, 2015; CAPES, 2014; CAPES, 2017.

De acordo com Almeida, Guimarães e Alves, desde 2010 a maioria dos critérios empregados pela Capes para selecionar o conteúdo a ser assinado para o Portal deixou de ter utilidade, visto que praticamente todo o acervo publicado pelas editoras estrangeiras já estava disponível (ALMEIDA; GUIMARÃES; ALVES, 2010). No final de 2015, ao comemorar os quinze anos do Portal, a Capes anunciou que além dos 37.818 títulos de periódicos disponíveis, o Portal ainda permitia o acesso a 126 bases referenciais e de resumos, 66 bases de teses e dissertações, 42 obras de referências, 11 bases de patentes e 31 bases de livros digitais, totalizando mais de 266.272 documentos eletrônicos (CAPES, 2017). Mais recentemente, em abril de 2016, o Portal relatava a disponibilidade de 34.578 títulos de periódicos, conforme o que se observa na Tabela 2.

**Tabela 2 – Distribuição dos Periódicos por Áreas do Conhecimento, abril 2016**

ÁREA	QUANTIDADE DE TÍTULOS	DISTRIBUIÇÃO (%)
Ciências da Saúde	6.768	19,57
Ciências Humanas	6.145	17,77
Ciências Exatas e da Terra	5.206	15,06
Ciências Sociais Aplicadas	4.828	13,96
Ciências Biológicas	4.035	11,67

(Continua)

(Continuação)

<b>ÁREA</b>	<b>QUANTIDADE DE TÍTULOS</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO (%)</b>
Engenharias	3.332	9,64
Linguística, Letras e Artes	1.862	5,38
Ciências Agrárias	1.367	3,95
Ciências Ambientais	539	1,56
Multidisciplinar	496	1,43
<b>TOTAL</b>	<b>34.578</b>	<b>100</b>

Fonte: Portal de Periódicos da Capes, abril 2016.

Como destacam Correa e outros, o Portal de Periódicos da Capes

amplia o acesso à informação científica e tecnológica e viabiliza a inserção do país na ciência internacional. [...] No entanto, seus efeitos como biblioteca digital voltada à comunicação científica [...] não foram completamente mensurados ou qualificados. São necessários estudos bibliométricos e cientométricos que avaliem as mudanças e o impacto que esse acesso trouxe à pós-graduação e à ciência brasileira (CORREA *et al.*, 2008, p. 144).

## 5 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Para Le Coadic, a informação científica “é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver [...]. Sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria” (LE COADIC, 1996, p. 27). Garvey e Griffith (1972) descrevem a comunicação na ciência como um processo em que o conhecimento é subsequentemente produzido, disseminado e utilizado. Esse processo tem início na elaboração do projeto e percorre os caminhos do método científico até que os resultados da pesquisa sejam submetidos à avaliação da comunidade científica e tornados públicos por meio da publicação de um artigo científico. Ao longo dessas etapas observam-se dois tipos de comunicação: a formal e a informal. Os periódicos científicos são considerados os veículos mais prestigiados de comunicação formal da ciência. Para Gruszynski e Golin, “o periódico científico [...] funciona como uma instância de consagração”, porque ao “atuar como um filtro seletivo, reproduzindo as sanções e exigências do campo científico, confere valor às pesquisas e as situa no seu grau de originalidade em relação ao conhecimento já acumulado em determinada área do conhecimento” (GRUSZYNSKI; GOLIN, 2006).

Segundo Bourdieu, o campo científico “é um mundo social como os outros, que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Bourdieu assinala que o campo científico, como outros campos sociais, revela formas de poder que derivam daquilo que o autor denomina de capital simbólico. O capital simbólico no campo científico pode ser de dois tipos: o temporal ou político, que está ligado à ocupação de cargos nas instituições acadêmicas e ao poder sobre os meios de produção e de reprodução da ciência; e o capital científico puro, que envolve o reconhecimento dos pesquisadores por parte de seus pares ou dos colégios invisíveis. Os dois tipos de capital simbólico possuem leis de acumulação diferentes: o capital científico temporal é adquirido, essencialmente, por meio de estratégias políticas; o capital científico puro está pautado no progresso da ciência, nas invenções e nas descobertas (BOURDIEU, 2004). O que Bourdieu chama de capital científico puro é o que a maioria dos cientistas busca ao longo de suas carreiras e só pode ser conquistado por intermédio de sua participação contínua no sistema de comunicação científica. Para que determinado resultado de pesquisa seja identificado como fato científico válido pela comunidade de pares é necessário que ele seja recuperado, lido e citado, garantindo a seu autor visibilidade e reconhecimento. A ausência de visibilidade impede que o pesquisador seja citado por outros membros da comunidade (ZIMBA; MUELLER, 2004),

evitando que ele obtenha o crédito por seu trabalho e negando-lhe o prestígio e a consagração que levam à acumulação de capital.

No sistema de comunicação científica, a principal função dos periódicos envolve, portanto, a divulgação e a circulação do conhecimento por meio da publicação de artigos científicos que foram previamente aprovados pelos pares. Enquanto veículos privilegiados de comunicação, os periódicos científicos cumprem ainda várias outras funções, como a legitimação de novas disciplinas e áreas de estudos e a institucionalização do progresso da ciência em suas diferentes fronteiras, assim como a garantia da promoção dos cientistas de acordo com a quantidade e a qualidade de suas descobertas (MIRANDA; PEREIRA, 1996; MUELLER, 1994, 1999; GRUSZYNSKI; GOLIN, 2006, BIOJONE, 2003). De acordo com Miranda e Pereira, para cumprir essas funções “é necessário, primeiro, que os periódicos se estabeleçam e, segundo, que se consolidem” (MIRANDA; PEREIRA, 1996, p. 376). Isso só ocorre, porém, na presença de uma comunidade científica atuante e mediante o fomento das atividades de pesquisa. O desenvolvimento dos periódicos de uma área do conhecimento varia de acordo com o amadurecimento da comunidade científica e o volume de sua produção. Existem grupos e instituições que desempenhem as funções de editores, avaliadores, disseminadores, mantendo uma infraestrutura de distribuição, recuperação e acesso às informações. A importância dos periódicos está, portanto, estreitamente ligada ao estágio de desenvolvimento da área científica e ao modo como a comunidade legitima esses periódicos (MIRANDA; PEREIRA, 1996, p. 376).

Ao longo do século XX foram realizados muitos estudos sobre a produção do conhecimento científico e sua veiculação por meio dos periódicos. Biojone elenca a grande quantidade de títulos existentes, o alto custo das assinaturas, o longo tempo de espera para que um artigo seja avaliado pelos pares e a falta de pontualidade nas edições como alguns dos problemas enfrentados pela comunidade científica para a publicação e a disseminação do conhecimento (BIOJONE, 2003). Um dos graves problemas que o crescimento do número de títulos acabou provocando foi a dificuldade das bibliotecas adquirirem coleções que cobrissem uma área do conhecimento de forma abrangente (MIRANDA; PEREIRA, 1996). Essa questão já vinha preocupando os sociólogos e historiadores da ciência desde a década de 1960, quando autores como Derek de Solla Price se dedicaram a demonstrar o crescimento exponencial da literatura e da população científicas (MUELLER; PASSOS, 2000).

A partir da década de 1980, o sistema de comunicação científica se viu envolvido em uma preocupante crise internacional, desencadeada principalmente pelo alto custo das

assinaturas dos periódicos impressos publicados pelas grandes editoras científicas. Mueller afirma que a crise decorreu da “impossibilidade das bibliotecas universitárias e de pesquisa [...] continuarem a manter suas coleções de periódicos e [atenderem à] crescente demanda de seus usuários” (MUELLER, 2006, p. 31). Para Weitzel, além disso, distorções no processo de publicação e citação acabaram envolvendo os periódicos em uma espécie de concorrência, “no sentido de se submeterem a uma série de critérios e mecanismos orientados por políticas científicas e de mercado para atrair o maior número de [autores] citantes e citados” (WEITZEL, 2006, p. 144-145). Junto à questão do preço das assinaturas, a concorrência entre os milhares de novos títulos surgidos desde meados do século XX, sobretudo em áreas especializadas, acabou acentuando as dificuldades de selecionar periódicos para compor uma coleção relevante e abrangente (BIOJONE, 2003). Em um cenário caracterizado pela crescente produção científica, sobretudo em termos de artigos de periódicos, em todas as áreas do conhecimento, a avaliação dos títulos torna-se uma exigência (MIRANDA; PEREIRA, 1996). Essa avaliação pode seguir dois modelos: o primeiro considera características intrínsecas ao periódico e o segundo verifica fatores extrínsecos ao mesmo. O primeiro modelo consiste no exame direto dos artigos publicados e na aferição de seu impacto pela observação da frequência com que são citados. O segundo modelo considera fatores como natureza da instituição editora ou casa publicadora, regularidade das edições, indexação em fontes secundárias, existência de normas para submissão, transparência na apresentação dos critérios para aceitação e rejeição de originais e na descrição do funcionamento da revisão por pares, entre outros (MIRANDA; PEREIRA, 1996, p. 376).

Em relação ao primeiro modelo, Almeida e outros concordam que as citações são a “medida clássica do prestígio e do valor de uma contribuição para a ciência em geral” (ALMEIDA *et al.*, 2003, p. 6). Por esse motivo, “o periódico em que o artigo [...] é publicado se torna um ponto chave em qualquer carreira científica, pois condiciona as chances [de ocorrerem] citações a esse artigo” (MUELLER, 1999, p. 2). Tradicionalmente, o prestígio de um periódico científico tem sido avaliado de acordo com seu Fator de Impacto (FI), um indicador bibliométrico criado por Eugene Garfield na década de 1960. O cálculo do FI de um periódico é obtido pela divisão entre (a) o número de citações, em determinado ano, aos artigos publicados no próprio periódico nos dois anos anteriores e (b) o número total de artigos publicados nesse periódico nos mesmos dois anos anteriores (STREHL, 2005). De acordo com Mueller, somente os periódicos de maior prestígio são indexados em fontes secundárias como índices de citação internacional e periódicos de resumos (MUELLER,

1999). Packer enfatiza ainda que esses índices são publicações decisivas para os sistemas nacionais de avaliação, pois determinam a produtividade e o impacto de autores, grupos de pesquisa, departamentos e instituições científicas (PACKER, 2011). Strehl esclarece também que

os bibliotecários vêem o FI como um parâmetro para seleção dos títulos de maior interesse para os cientistas quando precisam alocar os recursos de seus limitados orçamentos. Em contrapartida, editores de periódicos acompanham a evolução das medidas de impacto, pois [...] precisam ser atrativos para [...] captar os recursos das bibliotecas (STREHL, 2005, p. 20).

Com o surgimento da World Wide Web na década de 1990, os problemas enfrentados pelas bibliotecas universitárias para manter coleções atualizadas de periódicos impressos ganharam novas dimensões. A comunidade científica percebeu no meio eletrônico a oportunidade para solucionar os problemas da comunicação científica. A ideia de publicar os periódicos eletronicamente e ampliar o acesso e a visibilidade das publicações resultou em uma série de iniciativas ao redor do mundo (NEVES, 2004). Foi nesse período que cresceu na comunidade científica o movimento pelo acesso livre à informação. Como relata Trzesniak,

em torno dessa ousada iniciativa, mobilizaram-se diversos grupos, constituídos por pesquisadores, bibliotecários, profissionais de ciência da informação e de informática e dirigentes de instituições de pesquisa e de entidades de fomento. Atuando isoladamente, mas em harmonia, cada um desses grupos contribuiu decisivamente para fazer da ousada iniciativa um espaço profissional, sério, seguro, confiável, respeitável e respeitado: o open access, o acesso livre (TRZESNIAK, 2012, p. 77).

Os primeiros periódicos eletrônicos surgiram na década de 1990, “juntamente com outras iniciativas que utilizavam o meio eletrônico, algumas das quais deram origem a novas formas de publicação eletrônica e acesso à pesquisa” (MUELLER, 2006, p. 32). Segundo Biojone (2003), o que define um periódico eletrônico é que sua cadeia produtiva ocorre integralmente em formato digital, desde a editoração até a distribuição, incluindo a revisão por pares. Para Meadows, enquanto “a comunicação impressa [sofre] mudanças no período de um século, a comunicação eletrônica sofre mudanças significativas a cada década” (MEADOWS, 2000, p. 27). Examinando o impacto das tecnologias eletrônicas sobre o processo e os produtos de comunicação científica, Costa identificou mudanças consideráveis em relação ao modelo definido por Garvey e Griffith (1972). A autora menciona a aderência dos cientistas a vários hábitos inovadores, entre eles o uso do correio eletrônico como meio preferencial de comunicação entre os pares, a adoção do computador para preparar e submeter seus manuscritos e a agilidade na dinâmica de revisão pelos pares resultante do emprego de canais eletrônicos de transmissão de mensagens e arquivos (COSTA, 2000).

No período do surgimento dos periódicos eletrônicos, a maioria dos pesquisadores admitia suas vantagens sem perder de vista suas desvantagens. Segundo Biojone, as principais vantagens eram a redução nos custos de distribuição, a rapidez na disseminação da informação, a ampliação da visibilidade e do acesso à produção científica, a integração entre autores, editores e público e a possibilidade de incluir imagens, recursos gráficos e *hiperlinks* nos artigos. Entre as desvantagens destacavam-se a falta de hábito em utilizar a internet, a dificuldade de ler na tela do computador, a desconfiança em relação ao prestígio e ao impacto dos novos títulos e o custo para as bibliotecas, já que o acesso às versões eletrônicas muitas vezes estava atrelado à assinatura das versões impressas (BIOJONE, 2003). Stumpf (1996) observa que o reconhecimento dos periódicos eletrônicos está condicionado à sua conformidade aos padrões científicos tradicionais, já que o processo produtivo permanece praticamente idêntico. Gruszynski e Golin (2006) acrescentam que embora os periódicos eletrônicos apresentem aspectos particulares, decorrentes do suporte em que são publicados, sua legitimidade depende da presença de indicadores de qualidade consagrados, como política editorial, conselho editorial, rigorosa revisão por pares, especialização em áreas do conhecimento específicas, regularidade de edição, indexação em fontes secundárias, numeração no sistema ISSN, instruções aos autores, entre outros (GRUSZYNSKI; GOLIN, 2006).

Atualmente, o universo da comunicação científica é dominado pelos periódicos eletrônicos. Uma parte significativa desse conteúdo encontra-se submetida aos controles de acesso restrito das grandes editoras internacionais, que utilizam sistemas de assinatura com pagamento antecipado ou sistemas de venda a varejo, por demanda. Só uma parcela pequena, mas crescente, da literatura científica vem sendo publicada sob a chancela do acesso aberto. Em 2016, o Directory of Open Access Journals (DOAJ) registrava mais de onze mil títulos de 136 países em 20 áreas do conhecimento (LETA; ARAÚJO, 2016). No entanto,

a despeito dos resultados favoráveis seja no crescimento seja na adesão de países de tradição na ciência [...] ou mesmo no aumento da visibilidade e/ou impacto dos trabalhos [...], os periódicos de acesso aberto ainda não alcançaram o devido reconhecimento e a adesão generalizada da comunidade científica mundial [...] (LETA; ARAÚJO, 2016, p. 3).



## 6 AVALIAÇÃO DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

O portal de informações científicas criado, administrado e quase que inteiramente financiado pela Capes desde o ano 2000 (ALMEIDA, 2006) reúne um acervo bibliográfico valioso para a comunidade científica brasileira, facultando o acesso de pesquisadores de todas as regiões do país a uma extensa parcela da literatura internacional em diferentes áreas da ciência. Para além das suas funções como interface de gerenciamento de bases de dados federadas, heterogêneas e distribuídas (FERREIRA; SOUTO, 2006) o Portal de Periódicos da Capes operacionaliza uma política de Estado que defende como objetivos centrais o acesso democrático ao conhecimento científico internacional e o estímulo à produção científica nacional (ALMEIDA; GUIMARÃES; ALVES, 2010). Concebido como forma de superar o impasse financeiro decorrente (a) da abusiva majoração dos valores cobrados pelas editoras científicas aos assinantes de periódicos impressos, (b) da repentina redução dos recursos públicos disponíveis para esse fim e (c) da onerosa manutenção de coleções científicas homogêneas nas diferentes instituições de pesquisa nacionais, o modelo de negócio que define o projeto do Portal responde também a um novo regime de informação (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012), que se evidencia na tendência do mercado internacional de fornecer pacotes de periódicos em formato eletrônico com padrões proprietários e acesso restrito, de maneira a incrementar o percentual de participação das editoras na distribuição global do conhecimento científico (AMORIM, 2002; CORREA *et al.*, 2008; ORTELLADO, 2008).

Desde 2003 o Portal de Periódicos da Capes vem sendo objeto de diversos processos de avaliação, tanto por parte da agência que o coordena como por parte da comunidade acadêmica, em especial na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (ALMEIDA, 2006; CENDÓN; RIBEIRO, 2008; CORREA *et al.*, 2008; FERNANDES; CENDÓN, 2010b). Conceitualmente, a avaliação de um sistema, programa, política ou processo constitui uma atividade instrumental, com ênfase em aspectos jurídicos, técnicos ou políticos, cuja finalidade é produzir informações para a sua manutenção, ajuste ou cancelamento. Para realizar uma avaliação é preciso estabelecer critérios, indicadores, padrões e modelos. Critérios são construtos lógicos que se baseiam em juízos de valor sobre a realidade para mediar escolhas e julgamentos, operacionalizando-se por meio da construção de indicadores. Os padrões garantem uma perspectiva comparativa aos indicadores e podem ter caráter absoluto, histórico ou normativo. Modelos, por sua vez, refletem relações de causa e efeito entre fenômenos e, quando não determinísticos, exigem conjuntos representativos de

observações a fim de viabilizar a identificação de regularidades (KONDO, 1998; TRZESNIAK, 1998; SECCHI, 2014; SECCHI, 2016). No caso das primeiras avaliações técnicas do Portal, parte das dificuldades enfrentadas por gestores e pesquisadores envolveu especificamente a ausência de indicadores e padrões que permitissem aferir sua economicidade, isto é, a relação entre os custos do Portal e seus benefícios, manifestada pela seleção dos títulos adquiridos pela Capes com recursos públicos e por sua efetiva utilidade no contexto de cada área científica (ALMEIDA, 2006; CORREA *et al.*, 2008; FERNANDES; CENDÓN, 2010b). Revestem-se, portanto de amplo interesse as pesquisas que buscam verificar se as estratégias que orientam essa política de Estado e que regulam a aplicação desses recursos financeiros têm conseguido alcançar seus objetivos.

Quando se considera a ciência como um sistema produtivo de invenções e descobertas cuja autoridade resulta do reconhecimento dos pesquisadores por seus pares e da acumulação de capital científico (BOURDIEU, 2004), percebe-se que a comunicação científica representa seu arcabouço e sua força propulsora. Nesse contexto, a construção e o uso de indicadores de produção científica adquire grande valia, permitindo que pesquisadores, grupos de pesquisa e instituições se posicionem de forma a influenciar as comunidades nas quais estão inseridos e planejar estratégias competitivas na busca por prestígio e consagração (GREGOLIN, 2005; MARICATO, 2007; FARIA, 2011). No outro extremo, a ênfase contemporânea na vinculação entre atividade científica e desenvolvimento econômico e social (DIAS, 2011) tem conferido destaque aos indicadores de produção científica que, associados a outros indicadores de ciência, tecnologia e inovação, contribuem para uma avaliação consistente do desempenho e da eficiência do sistema, promovendo o planejamento e a implementação de políticas públicas mais transparentes e socialmente responsáveis (MENEHINI; LETA, 2002; GREGOLIN, 2005; FARIA, 2011). Para acompanhar as tendências do setor e ajustar as políticas visando garantir o sucesso da atividade científica em seus diferentes níveis, autoridades e especialistas têm buscado a permanente avaliação dos insumos necessários ao funcionamento da comunicação científica e dos resultados por ela gerados. Segundo Spinak, porém, não existe consenso nem sobre as metodologias que devem ser adotadas para avaliar a produção intelectual e acadêmica tal como ela se manifesta no sistema editorial, nem sobre como interpretar seu impacto e influência:

Grande parte dos esforços da ciência [...] se concentra em elaborar metodologias apropriadas para a formulação desses indicadores. A medição dos insumos é uma tarefa mais próxima de ciências como Economia, Estatística e Administração que, embora trabalhosa, dispõe há mais tempo de

metodologias de razoável aceitação e manuais com definições e procedimentos usados internacionalmente. Ao contrário, os conceitos da ciência [...] que têm como objetivo a formulação de indicadores de resultados [...] é considerada em geral a tarefa mais sofisticada e difícil (SPINAK, 1998, p. 141, tradução nossa).

Em artigo publicado em 2008, Cendón e Ribeiro revisaram 40 de 51 trabalhos produzidos entre 2000 e 2007 que tiveram o Portal de Periódicos da Capes como objeto de avaliação. De acordo com as autoras, a maioria dessas pesquisas podia ser classificada em três categorias temáticas principais: (a) estudos de uso e de satisfação de usuários; (b) estudos de usabilidade; (c) estudos de adequação do conteúdo do Portal, envolvendo seu impacto na pesquisa e na produtividade dos cientistas (CENDÓN; RIBEIRO, 2008). Dois anos mais tarde, as mesmas autoras aprofundaram essa análise, observando as características de onze pesquisas classificadas como estudos de uso e de satisfação de usuários no período de 2002 a 2008 em termos de público alvo, população, amostra, metodologia, instrumento de coleta de dados, variáveis e taxa de resposta. Entre os resultados obtidos as autoras identificaram uniformidade nas populações e nas metodologias empregadas (CENDÓN; RIBEIRO, 2010). Considerando que já haviam decorrido quase dez anos dessa primeira revisão da literatura e que seria importante conhecer melhor o atual panorama dos estudos de avaliação do Portal, decidiu-se atualizar o trabalho de Cendón e Ribeiro (2008), estendendo o período de cobertura para incluir pesquisas publicadas entre os anos de 2007 e 2016. Com esse propósito foram realizadas buscas nas bases Brapci, Benancib, Oasisbr, Scielo e Google Acadêmico. Dos 85 trabalhos localizados, quatro já haviam sido examinados por Cendón e Ribeiro (2008), o que indicava um total de 121 pesquisas sobre o Portal no período de 2000 a 2016. Para categorizar esses 121 estudos de acordo com suas temáticas optou-se por adaptar a classificação das autoras, acrescentando-se novas categorias e substituindo a frase “impacto do Portal na pesquisa e produtividade dos pesquisadores / adequação do conteúdo do Portal” pela expressão “produção científica”. Na Tabela 3 pode-se observar os aspectos de maior interesse no contexto das avaliações do Portal.

**Tabela 3 – Classificação Temática das Pesquisas sobre o Portal, 2000-2016**

<b>CATEGORIAS TEMÁTICAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	55	45,5
PRODUÇÃO CIENTÍFICA	18	14,8

(Continua)

(Continuação)

<b>CATEGORIAS TEMÁTICAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
USABILIDADE	18	14,8
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	9	7,4
CUSTO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	4	3,3
POLÍTICA DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA	2	1,7
GOVERNANÇA ELETRÔNICA	2	1,7
REVISÃO DE LITERATURA	2	1,7
ASPECTOS TEÓRICOS	2	1,7
ASPECTOS HISTÓRICOS	2	1,7
ASPECTOS GERENCIAIS E OPERACIONAIS	2	1,7
ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E GERENCIAIS	1	0,8
TREINAMENTO DE USUÁRIOS	1	0,8
BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR	1	0,8
ASPECTOS POLÍTICOS	1	0,8
MARKETING	1	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados obtidos nesta pesquisa.

Assim como em 2008, quase 80% (91) das pesquisas desenvolvidas nos últimos dezessete anos se encaixavam nas três categorias temáticas que caracterizam o foco de maior preocupação dos pesquisadores no que se refere ao Portal: (a) estudos de uso e de satisfação de usuários (45,5%); (b) estudos de produção científica (14,8%); (c) estudos de usabilidade (14,8%). Quanto ao crescimento anual, observa-se na Tabela 4 que o volume de trabalhos alcançado em 2006, ano em que a Capes lançou um concurso para premiar as melhores pesquisas sobre o Portal, só voltou a se repetir em 2010, embora as temáticas tenham se diversificado, passando a incluir avaliações sobre os aspectos históricos, políticos e gerenciais do Portal, sobre o processo de desenvolvimento das coleções, sobre o custo dos periódicos científicos, sobre políticas de informação científica, governança eletrônica e marketing.

**Tabela 4 – Distribuição das Temáticas pelo Ano de Publicação, 2000-2016**

<b>ANO/QUANT.</b>	<b>CATEGORIAS TEMÁTICAS</b>	<b>QUANT.</b>
2002 (1)	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	1
2004 (4)	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	2
	CUSTO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	2

(Continua)

(Continuação)

<b>ANO/QUANT.</b>	<b>CATEGORIAS TEMÁTICAS</b>	<b>QUANT.</b>
2005 (8)	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	7
	CUSTO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	1
2006 (21)	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	9
	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	5
	USABILIDADE	3
	DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	1
	CUSTO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	1
	TREINAMENTO DE USUÁRIOS	1
	BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR	1
2007 (7)	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	4
	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	2
	DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	1
	DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	3
2008 (10)	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	3
	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	1
	USABILIDADE	1
	REVISÃO DE LITERATURA	1
	ASPECTOS HISTÓRICOS	1
	USABILIDADE	2
2009 (5)	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	1
	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	1
	DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	1
	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	8
2010 (19)	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	6
	USABILIDADE	2
	DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	1
	REVISÃO DE LITERATURA	1
	ASPECTOS HISTÓRICOS	1
	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	4
2011 (7)	USABILIDADE	3
	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	7
	USABILIDADE	2
	DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	1
	POLÍTICA DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA	1
2012 (13)	GOVERNANÇA ELETRÔNICA	1
	ASPECTOS TEÓRICOS	1
	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	5
	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	1
	ASPECTOS TEÓRICOS	1
	ASPECTOS POLÍTICOS	1
	ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E GERENCIAIS	1
	ASPECTOS GERENCIAIS E OPERACIONAIS	1
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	1	
2013 (14)	USABILIDADE	1
	MARKETING	1
	GOVERNANÇA ELETRÔNICA	1

(Continua)

(Continuação)

ANO/QUANT.	CATEGORIAS TEMÁTICAS	QUANT.
2014 (7)	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	5
	USABILIDADE	2
2015 (5)	USABILIDADE	2
	USO E SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS	1
	ASPECTOS GERENCIAIS E OPERACIONAIS	1
	POLÍTICA DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA	1
<b>TOTAL</b>		<b>121</b>

Fonte: Dados obtidos nesta pesquisa.

Do universo de 121 estudos identificados nesse levantamento selecionaram-se para análise nesta seção os 18 que se dedicavam à avaliação do Portal na perspectiva de seu impacto sobre a pesquisa e sobre a produção dos pesquisadores. No entanto, como cinco deles não chegaram a ser publicados após sua submissão ao Prêmio Portal Capes de 2006, o grupo ficou reduzido aos 13 cujo texto completo foi possível recuperar. Classificando esses estudos nas áreas e grandes áreas de acordo com a Tabela de Áreas do Conhecimento da Capes (<https://goo.gl/Zia87Q>), encontraram-se quatro trabalhos em Ciências Sociais Aplicadas, três em Ciências da Saúde, três em Ciências Exatas e da Terra, um trabalho que associava Ciências Biológicas e Ciências da Saúde, um trabalho em Engenharias e um trabalho em Linguística, Letras e Artes. No caso da grande área de Ciências Sociais Aplicadas as pesquisas envolveram as áreas de Ciência da Informação (3) e Administração (1). Na grande área de Ciências da Saúde os estudos abordaram as áreas de Odontologia (2) e Saúde Coletiva (1). Na grande área de Ciências Exatas e da Terra os estudos focalizaram as áreas de Física (2) e Plasma (1). Na grande área de Engenharias foi desenvolvida uma pesquisa avaliando a produção de patentes. Na grande área de Linguística, Letras e Artes o estudo envolveu duas áreas: Linguística e Teoria Literária. Como se observa, não foram identificados estudos que explorassem a participação dos periódicos do Portal na produção científica da área do Direito, o que indica que a presente pesquisa possui um caráter pioneiro.

Os trabalhos que avaliaram as coleções do Portal de Periódicos da Capes e sua contribuição para a produção dos pesquisadores da Ciência da Informação foram os de Oliveira e Oddone (2007) e os de Fernandes e Cendón (2010a; 2010b). O estudo de Oliveira e Oddone (2007) examinou os títulos de periódicos eletrônicos estrangeiros da área da Ciência da Informação assinados pelo Portal no período de 2003 a 2004 e seu papel na cobertura das necessidades de informação dos pesquisadores da área. As autoras empregaram a análise de citações para quantificar os títulos estrangeiros que os pesquisadores citaram e os títulos

estrangeiros nos quais sua produção foi veiculada. Os resultados registraram que a comunidade da área, ao submeter seus artigos para publicação, optava por títulos estrangeiros que eram cobertos apenas parcialmente (25%) pelo acervo do Portal. Em relação às citações, a pesquisa demonstrou que o Portal oferecia acesso a 22,7% dos periódicos estrangeiros citados, atendendo de forma limitada às necessidades de informação dos autores da área. Os dois trabalhos de Fernandes e Cendón (2010a; 2010b) resultaram da mesma pesquisa, cujo objetivo foi avaliar a adequação da coleção de periódicos do Portal na área de Ciência da Informação e verificar se essa coleção atendia às necessidades informacionais dos pesquisadores. A metodologia utilizada foi a análise de citações, aplicada às teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG entre 2005 e 2007. Os resultados mostraram que a coleção do Portal continha 45% dos artigos citados nas teses e dissertações analisadas, sugerindo a necessidade de sua ampliação para um melhor atendimento aos usuários da área. Os autores propuseram ainda que a análise bibliométrica passasse a fazer parte dos critérios adotados pelo Portal para a seleção de novos títulos.

A participação das coleções do Portal de Periódicos da Capes na produção dos pesquisadores da área de Administração foi a preocupação do estudo de Mattos e Dias (2010). Os autores avaliaram o conjunto de periódicos eletrônicos disponíveis no Portal na perspectiva dos usuários de uma biblioteca universitária especializada. A metodologia adotada foi a análise de citações, aplicada às teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS entre 1999 e 2007. Os resultados mostraram que 25% dos títulos citados não estavam disponíveis no Portal e que entre os títulos disponíveis muitos apresentavam limitações quanto à abrangência da coleção.

A contribuição do Portal de Periódicos da Capes para a produção científica dos pesquisadores da área de Odontologia foi avaliada nos trabalhos de Sivieri-Araújo e outros (2008) e Cendón e outros (2009). As duas publicações resultaram de uma única pesquisa, cujo objetivo principal foi verificar se o Portal atendia às necessidades de informação dos usuários dessa área. A metodologia adotada foi a análise de citações, aplicada a teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação mantidos pela Faculdade de Odontologia da UNESP de Araraquara no período de 2000 a 2005. O estudo identificou citações a 91 periódicos estrangeiros nas teses e dissertações. Comparando esses títulos com os 92 periódicos eletrônicos assinados pelo Portal os autores verificaram que havia 29 títulos

estrangeiros citados mas não disponibilizados pelo Portal. A pesquisa também mapeou os periódicos mais utilizados pelos alunos de pós-graduação da faculdade.

A pesquisa de Silva (2010) examinou o impacto do Portal de Periódicos da Capes na publicação de artigos completos em periódicos nacionais e estrangeiros pelos docentes do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFBA nos triênios 2001-2003 e 2004-2006. O levantamento dessa produção científica foi realizado nos Cadernos de Indicadores da Capes, no Currículo Lattes e nas bases Lilacs e Medline. As metodologias empregadas incluíram a pesquisa documental e a análise de citações. Os resultados obtidos demonstraram que 59,09% dos periódicos estrangeiros nos quais os docentes publicaram suas pesquisas durante o primeiro triênio estavam disponíveis no Portal. No segundo triênio esse percentual subiu para 71,79%. Em relação aos 653 títulos de periódicos estrangeiros citados, verificou-se que embora o Portal oferecesse acesso a mais de 76% dos títulos citados, muitas vezes o ano do artigo citado não estava disponível. Considerando essa variável, a cobertura do Portal para os artigos citados diminuiu para 31,08% no primeiro triênio e para 44,77% no segundo triênio. Esses dados revelaram que em mais da metade dos casos esses docentes buscaram outras alternativas para acessar os artigos citados.

Santana e Peixoto (2010) avaliaram a produção de artigos científicos de 200 pesquisadores ativos nas áreas de Ciências da Saúde e Ciências Biológicas que em 1995 eram alunos dos cursos de pós-graduação em Ciência da Saúde ou Enfermagem (Ciências da Saúde) e Botânica, Fitoterapia ou Ecologia (Ciências Biológicas) da Universidade de Brasília em dois períodos: 1995-1999 e 2001-2005. O objetivo foi verificar se a criação do Portal de Periódicos da Capes no ano 2000 influenciou o volume e a internacionalização das referências citadas nesses artigos. Os resultados mostraram que, de um período para o outro, o volume de artigos publicados cresceu 552% entre os pesquisadores de Ciências Biológicas e 1.200% entre os de Ciências da Saúde. As citações a periódicos estrangeiros encontradas nos artigos do primeiro período representaram 26% do total nas Ciências Biológicas e 21% nas Ciências da Saúde, enquanto no segundo período elas responderam por, respectivamente, 58% e 72% do total, indicando que ocorreu um aumento real nas referências à literatura estrangeira entre os dois períodos da produção avaliada.

A contribuição do Portal de Periódicos da Capes para a pesquisa e a produção científica na área de Plasma foi avaliada no trabalho de Maricato (2007), que examinou a influência dos periódicos do Portal sobre os artigos publicados pelos grupos de pesquisa da área entre 1995 e 2005. O autor fez o levantamento dos dados no Diretório dos Grupos de



Pesquisa e no Currículo Lattes, bases mantidas pelo CNPq. Os resultados apontaram um crescimento de aproximadamente 54% na produtividade dos autores da área quando comparados os períodos de 1995-1999 e 2001-2005. Os 1.964 artigos identificados foram veiculados em 480 periódicos distintos, caracterizando uma grande dispersão. O próximo passo foi definir uma *core collection*, o que foi feito agrupando os periódicos que haviam publicado entre 8 e 73 desses artigos, correspondentes a cerca de 60% da produção no período. Esse núcleo totalizou 62 títulos, 74% dos quais estavam disponíveis no Portal. Considerando o total de artigos publicados, porém, a parcela que podia ser acessada por intermédio do Portal correspondeu a 48%.

Os dois trabalhos de autoria de Costa (2007a; 2007b) são publicações da mesma pesquisa e buscaram identificar o uso de periódicos eletrônicos na área da Física. A metodologia utilizada foi a análise de citações, aplicada às teses e dissertações defendidas nos períodos de 1983 a 1985, 1993 a 1995 e 2003 a 2005 no Instituto de Física Gleb Wataghin, da Universidade Estadual de Campinas. Os resultados indicaram crescimento da produção científica ao longo das três décadas pesquisadas, confirmando a hipótese de que a introdução dos periódicos eletrônicos tornou mais rápido e simples o acesso à literatura. O autor registrou ainda que todos os 22 títulos do núcleo de periódicos da área, representando 50% das citações nos três períodos, são publicados por editoras comerciais, possuem Fator de Impacto e estão presentes no Portal Periódicos Capes.

O trabalho de Coelho (2013), abordando a produção de patentes na área de Engenharia, teve como objetivo verificar a utilização do Portal Periódicos Capes na produção de pedidos de patentes da área de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. A análise de citações foi utilizada para identificar, caracterizar e examinar os documentos citados nas patentes entre os anos de 2003 e 2010. A pesquisa analisou 68 patentes, obtendo um total de 503 citações. Os resultados mostraram que os periódicos foram os documentos mais citados: 236 artigos publicados em 155 títulos, sendo que 87.1% deles estavam disponíveis no Portal. A autora constatou também que os documentos de patente são fontes de informação de grande valor, contribuindo para a construção de indicadores de ciência e tecnologia e para a identificação das necessidades de informação dos pesquisadores.

O objetivo da pesquisa de Santana (2010) foi avaliar a participação das coleções disponíveis no Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos discentes de um programa de pós-graduação na área de Letras. A metodologia escolhida foi a análise de citações, aplicada às teses e dissertações defendidas nas duas áreas de concentração do

Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE no período de 2006 a 2010. Foram encontradas 148 teses e dissertações, sendo 77 em Linguística e 71 em Teoria Literária. Os resultados mostraram que foram citados 298 títulos de periódicos na área de Linguística, 33,56% dos quais estavam disponíveis no Portal. Na área de Teoria Literária apenas 18,39% dos 212 periódicos citados podiam ser acessados por intermédio do Portal. A autora observou que a ocorrência desses resultados talvez possa ser explicada por haver muitos periódicos de divulgação e de temática artística ou cultural entre os que alcançaram os melhores índices de citação entre os pesquisadores da área, o que talvez justificasse a inclusão desses títulos pelo Portal.

Embora os treze estudos que avaliaram o Portal na perspectiva do impacto de suas coleções sobre a produtividade dos pesquisadores mostrem algumas características em comum, como a população e opção metodológica pela análise de citações, seus resultados não são comensuráveis, já que suas divergências impedem generalizações. Quanto aos dois trabalhos que avaliaram o Portal de Periódicos da Capes enquanto política pública de acesso à informação científica, ambos destacam seu papel de redutor de desigualdades regionais. Analisando e comparando o número de acessos ao Portal de Periódicos da Capes nas universidades do Nordeste, Santana *et al.* (2012) atribuíram o crescimento desses acessos a ações de divulgação do Portal, como o Programa Pró-Multiplicar, e à melhoria da interface. Preocupados com a descontinuidade dessa política pública, os autores apontaram ainda a necessidade de contínua modernização da plataforma, acréscimo de conteúdos e preenchimento de requisitos de usabilidade e acessibilidade, o que tornaria o Portal uma ferramenta de excelência em todas as regiões brasileiras. Miranda, Carvalho e Ramos (2015), por sua vez, buscaram apresentar as políticas de acesso à informação científica e o papel do Portal de Periódicos da Capes nesse contexto. As autoras concluem que o Portal é um importante instrumento para o avanço da comunicação científica e da pós-graduação brasileira, destacando a importância de aperfeiçoar sua interface e de manter o acervo atualizado.

Todas as pesquisas encontradas, portanto, reconhecem a importância do Portal de Periódicos da Capes como disseminador da produção científica, salientando a necessidade de maior investimento em políticas de desenvolvimento de coleções e estudos estatísticos que possam oferecer maiores subsídios no momento de decidir pela assinatura dos periódicos e bases de dados.

## 7 PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NA ÁREA DO DIREITO

O Direito foi uma das últimas áreas a aceitar o periódico como meio privilegiado de comunicação científica. Eles não sentiam necessidade de disseminar seus conhecimentos, pois consideravam o Direito como uma necessidade prática de todos os seres humanos e acreditavam que a comunidade científica já conhecia os dados necessários para seu desenvolvimento. Suas formas mais comuns de comunicação eram as compilações monográficas de leis e de jurisprudência e as obras elementares (MARTINHO, 2011).

No final do século XVIII, os argumentos racionais começaram a ganhar força frente aos que acreditavam que “as leis seriam emanações divinas que ordenavam [...] todo o universo” (RAMOS, 2010). O homem passou a ser o centro da emanação das leis, o que entrava em conflito com as ideias absolutistas difundidas nas universidades europeias. Era necessário disseminar a nova ideia de que a razão constituía a égide das normas e das leis e com isso conquistar adeptos para esse novo pensamento. Para Ramos (2010), a comunicação científica na área do Direito surge em decorrência dessas disputas entre correntes ideológicas que buscavam apoio dentro da comunidade acadêmica. Isso permitiu que pouco a pouco os autores constatassem a “relevância das revistas jurídicas enquanto canais adequados para a transmissão das suas ideias ao restante da comunidade” (MARTINHO, 2011, p. 19) e os periódicos se tornassem o meio de comunicação preferencial da informação jurídica.

Se a partir do século XVIII a pesquisa jurídica foi influenciada pelo método científico e pelo pensamento racionalista proposto por Descartes, rompendo com “o elo entre a jurisprudência e a dogmática fundado na autoridade dos textos romanos” (FERRAZ JR., 2015, p. 44), a partir de meados do século XX a pesquisa jurídica caminhou para a interdisciplinaridade, buscando recursos metodológicos e fundamentos epistemológicos em outros campos científicos. Desde então a área passou a enfatizar a pesquisa empírica para aproximar a análise das instituições jurídicas à vida em sociedade. Além disso, a pesquisa jurídica tornou-se crítica pois não se deixou “esgotar no campo da dogmática jurídica, mas submete o conjunto de conceitos e categorias dogmáticas ao crivo de critérios de legitimidade e eficácia social” (FONSECA, 2009, p. 41).

### 7.1 Periódicos científicos na área do Direito

Os primeiros periódicos jurídicos tinham como objetivo manter os juristas atualizados sobre as legislações e jurisprudências. Só posteriormente é que passaram a publicar artigos de

doutrina e de análise legislativa e jurisprudencial. Seus objetivos principais eram “a divulgação da legislação e da jurisprudência e só depois a análise e crítica” (MARTINHO, 2011, p. 22). O aparecimento dos periódicos especializados “impulsionou a disseminação da produção intelectual, cultural e científica, num fluxo desvairadamente dinâmico, polêmico, instantâneo e quase-imediato” (FORMIGA, 2007, p. 107). Atualmente, as revistas jurídicas podem ser classificadas em quatro tipos: as revistas gerais ou generalistas; as revistas especializadas; as revistas acadêmicas ou universitárias; e os boletins ou *newletters*. As revistas generalistas são as que “não se dedicam a um determinado ramo específico da ciência jurídica, podendo incluir artigos de autores versando sobre diversos temas do Direito” (MARTINHO, 2011, p. 30). As revistas especializadas têm como objetivo “o estudo de determinadas disciplinas jurídicas e surgem, por vezes, com a intenção de suprir carências de títulos especializados nessas áreas” (MARTINHO, 2011, p. 31). As revistas universitárias possuem como característica estarem vinculadas a uma instituição de ensino e seus colaboradores são, em sua maioria, professores e alunos desta instituição. Os estudos publicados nestas revistas tem caráter doutrinário ou de teoria jurídica, possuem seções de jurisprudência crítica e legislação, divulgam fatos relevantes à vida das universidades (doutoramentos *honoris causa*, discursos de abertura de anos letivos, entre outros eventos). Os chamados boletins ou *newletters* são títulos informativos com notícias relacionadas às atividades jurídicas e à produção legislativa e jurisprudencial, sem objetivo de trazer críticas ou análises doutrinárias. Devido à sua periodicidade curta, possuem como característica a atualidade dos conteúdos. Essas revistas “são de responsabilidade, na sua maioria, de associações profissionais de âmbito jurídico, sociedades de advogados ou outras instituições jurídicas” (MARTINHO, 2011, p. 32).

Na Europa, os primeiros periódicos jurídicos surgiram na França no final do século XVIII: *Journal des Causes Célèbres* (1773), *Gazette des Tribunaux* (1786), *Jurisprudence de la Cour de Cassation* (1791) e *Journal des Notaires et des Avocats* (1808). Com grande influência cultural, surgem na Alemanha o *Zeitschrift für Geschichtliche Rechtswissenschaft* (1815), o *Archiv der Gesellschaft für ältere Deutsche Geschichtskunde* (1820) e o *Zeitschrift für deutsches Recht* (1839). A Itália começou a publicar periódicos jurídicos em 1816, com a *Raccolta delle più importante decisioni dei supremi tribunali di Roma in materia contenziosa*, seguido do *Repositorio generale di giurisprudenza dei tribunali romani per l'anno* (1817), *Diario Forense Universali* (1823) e *Annali di Giurisprudenza* (1839). Na Espanha as primeiras revistas jurídicas foram a *Gaceta de los Tribunales* (1834), *Revista Anales*

*Administrativos* (1834), *Boletín de Jurisprudencia y Legislación* (1836), *Cronica Juridica* (1839), *El Faro Nacional* (1843), e *El Derecho Moderno* (1847), que foi continuada pela *Revista General de Legislación y Jurisprudencia*, criada em 1853 (CHORÃO, 2002; FORMIGA, 2007, 2010; RAMOS, 2010; MARTINHO, 2011). Em Portugal a primeira revista jurídica foi editada em 1835 pela Sociedade Jurídica Lisboense, com o título de *Annaes da Sociedade Jurídica*. Em 1836 surge a *Revista Jurídica* editada pela Sociedade Jurídica do Porto. Mais tarde surgiram as revistas *Gazeta da Relação de Lisboa* (1838), *Boletín dos Tribunaes* (1838), *Chronica Juridica* (1840, editada pela Universidade de Coimbra), *Gazeta dos Tribunaes* (1841, publicada pela Associação dos Advogados de Lisboa) e em 1841 a *Revista dos Tribunaes* (CHORÃO, 2002; FORMIGA, 2010; RAMOS, 2010).

No Brasil os periódicos jurídicos não apareceram com a mesma velocidade que os das demais áreas científicas, pois os juristas estavam mais interessados em publicar tratados com comentários aos códigos, jurisprudências e manuais que auxiliassem no ensino de direito. A primeira revista jurídica brasileira foi a *Gazeta dos Tribunais, dos Juízes e Fatos Judiciais do Fôro e da Jurisprudência* (1843), sendo a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808) considerada a precursora do atual *Diário Oficial da União* por dedicar suas seções à publicação dos atos oficiais do governo. Em 1862 surgiram duas respeitadas revistas de caráter doutrinal, a *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros* e a *Revista Jurídica*. No âmbito político, jovens idealistas lançaram o *Manifesto Republicano*. Em 1873, a *Gazeta Jurídica e o Direito* traziam em seu conteúdo doutrina, comentários às decisões jurisprudenciais e diplomas legislativos. Segundo Formiga, com a implantação do ensino superior no Brasil, “dois novos formatos editoriais se consolidaram: (a) as revistas científicas acadêmicas e (b) as revistas de cunho exclusivamente jurisprudencial, segmento aberto com a implantação dos Tribunais Superiores nos Estados” (FORMIGA, 2007, p. 109).

As primeiras revistas jurídicas acadêmicas foram publicadas entre 1891 e 1895. A Faculdade de Direito do Recife publicou a *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* (1891), a Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro publicou a *Revista Acadêmica da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro* (1892), a Faculdade de Direito da Bahia publicou a *Revista da Academia de Direito da Bahia* (1893), a Faculdade de Direito de São Paulo publicou a *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo* (1893) e em 1895 a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro publicou a *Revista Jurídica* (SILVA, 2003; FORMIGA, 2007, 2010).

## 7.2 Pós-graduação na área do Direito no Brasil

Os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais no Brasil tiveram início após a independência do Brasil, nas cidades de São Paulo e de Olinda, com a assinatura da Lei de 11 de agosto de 1827. Em Olinda estudavam os alunos do norte do país (do Amazonas à Bahia) e, em São Paulo, os alunos do sul e do centro (do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul e de Minas Gerais a Goiás e Mato Grosso). Era comum o intercâmbio entre as instituições: os alunos iniciavam seus estudos em uma faculdade e se deslocavam para fazer alguns cursos em outra, retornando à instituição de origem para terminar seus estudos. Segundo Valladão, “nessa comunhão espiritual [entre os] estudantes do norte, do sul e do centro do país, se plasmou a unidade cultural, a unidade literária, jurídica e política, base indestrutível da unidade brasileira” (VALLADÃO, 1973, p. 22). As influências estrangeiras que marcaram o início da pós-graduação no Brasil estavam na ocupação das cátedras, que foram preenchidas por “ilustres personalidades formadas pelas Universidades de Coimbra, de Paris, d’Aix-en-Provence, de Goetingen, de Bolonha” (VALLADÃO, 1973, p. 24).

Os bacharéis recebiam seu título após frequentarem os cursos por 5 anos e o título de Doutor era dado àqueles que defendessem teses, conforme o capítulo XIII do Estatuto do Visconde da Cachoeira (1827),

1º Se algum estudantes jurista quizer tomar o gráo de Doutor, depois de feita a competente formatura, e tendo merecido a approvação nemide discrepante, circumstancia esta essencial, defenderá publicamente varias theses escolhidas entre as materias, que aprendeu no Curso Juridico, as quaes serão primeiro apresentadas em Congregação; e deverão ser approvadas por todos os Professores. O Director e os Lentes em geral assistirão a este acto, e argumentarão em qualquer das theses que escolherem. Depois disto assentando a Faculdade, pelo juizo que fizer do acto, que o estudante merece a graduação de Doutor, lhe será conferida sem mais outro exame, pelo Lente que se reputar o primeiro, lavrando-se disto o competente termo em livro separado, e se passará a respectiva carta.

2º As cartas, tanto dos Doutores como dos Bachareis formados, serão passadas em nome do Director, e pro elle assignadas, e levarão um sello proprio, que lhe será posto por ordem do Professor, que houver dado o gráo (BRASIL, 1827).

A primeira faculdade de Direito foi a Faculdade Livre de Direito da Bahia (Decreto nº 599, de 17 de outubro de 1891), seguida da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e da Faculdade Livre de Direito, ambas no Rio de Janeiro (Decreto nº 639, de 31 de outubro de 1891). As duas últimas se fundiram em 1920, criando a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1892 foi fundada a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais; em 1900 a de Porto Alegre; em 1901 a

de Belém do Pará; em 1903 a do Ceará; em 1909 a de Manaus; em 1912 a Faculdade de Direito de Teixeira de Freitas, em Niterói, a Faculdade de Direito de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e a Faculdade de Direito do Paraná (VALLADÃO, 1973). Em 1931, um ano após a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, atual Ministério da Educação, houve uma reforma do ensino superior (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931), conhecida como Estatuto das Universidades Brasileiras, que teve um papel fundamental na pós-graduação, pois esta reforma

previa o doutoramento, no modelo europeu, com a exigência de apresentação de uma tese. Determinava também que a finalidade do ensino universitário era a investigação científica em quaisquer domínios do conhecimento, e que o estímulo à pesquisa deveria ser parte dos objetivos dos institutos universitários, junto com o de ministrar o ensino. (COELHO; HAYASHI, 2011, p. 203).

Na exposição de motivos do Decreto nº 19.851/1931, Francisco Campos descreveu a criação do curso de doutorado nas universidades brasileiras, destacando o doutorado em Direito, que se destinava especialmente à formação dos futuros professores de direito (BRASIL, 1931). Nesta mesma data foram promulgados mais dois decretos-lei. O Decreto nº 19.850, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), e o Decreto nº 19.852, que definia a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Este último mencionava também a criação do doutorado em Direito, estabelecendo os critérios de admissão dos alunos, a divisão das disciplinas e a seleção dos professores, pela Congregação, dentre os catedráticos do curso de bacharelado. O Decreto determinava ainda que os programas deveriam ser elaborados pelos docentes, propondo que a cada período do curso haveria um seminário de investigação e preparação de teses, sob orientação de um professor catedrático (BRASIL, 1931).

Apesar de terem sido criados cursos de doutorado em Direito em importantes faculdades brasileiras, como a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade de Minas Gerais, dentre outras, não houve uma sistematização desses cursos, pois segundo Coelho e Hayashi “faltou à Reforma Francisco Campos a estruturação da carreira docente para a qual fosse exigido o título de doutor” (COELHO; HAYASHI, 2011, p. 205). Em 1935, reconhecendo a dificuldade de implantar cursos de doutorado em Direito no país, o governo os tornou facultativos (BRASIL, 1935). De acordo com Venancio Filho, “o curso de doutorado previsto pela Reforma Francisco Campos para a formação de professores e especialistas de Direito absolutamente não produziu frutos e o resultado de sua atividade científica foi praticamente nulo” (VENANCIO FILHO, 1977, p. 311). Por essas razões, embora a Reforma Francisco Campos tenha representado um significativo avanço para a

educação brasileira e para a pesquisa nacional, foi somente na década de 1960 que a pós-graduação brasileira começou a ganhar fôlego.

À medida que verdadeiramente impactou a pós-graduação brasileira e definiu os rumos da pesquisa científica no país foi o Parecer nº 977 do Conselho Federal de Educação (CFE), emitido pelo relator, Conselheiro Newton Sucupira, em 3 de dezembro de 1965 a pedido do Ministro da Educação e Cultura, que considerava necessária a implantação e o desenvolvimento de cursos de pós-graduação no ensino superior. Segundo Hostins, apesar das tentativas de implantar cursos de pós-graduação na década de 1930 e da criação do CNPq e da Capes na década de 1950, “pode-se afirmar que as experiências de pós-graduação brasileiras foram efetivamente reconhecidas como um novo nível de ensino a partir de 1965, com a emissão do Parecer nº 977” (HOSTINS, 2006, p. 134). Quatro anos antes do Parecer, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já fazia menção aos cursos de pós-graduação. Seu texto, no entanto, era impreciso e não definia a natureza desses cursos, motivando o pedido do Ministro da Educação ao CFE. Segundo Edivaldo Boaventura,

os doutorados pré-existentes ao Parecer Sucupira eram muito variados: sem a sequência de cursos com créditos, seminários, pesquisas e sem a figura moral e intelectual do professor advisor. No caso do doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, ilustro com a minha experiência pessoal: os professores ministraram cursos magistrais e no final apresentei a tese para a obtenção do título de doutor. Foi um trabalho inteiramente individual, sem orientação [...]. O que Newton Sucupira criou não foi o doutorado no modelo francês, germânico ou italiano, nem o mestrado tipo inglês. Ele estruturou a pós-graduação criando todo um escalão de formação acima da graduação (BOAVENTURA, 2009, p. 147).

O Parecer de Newton Sucupira apresentou a pós-graduação a partir de sua origem histórica, suas necessidades e seus conceitos, oferecendo um panorama abrangente dos cursos pós-graduados. Como constatam Coelho e Hayashi, “o modelo de pós-graduação assumido, no que diz respeito ao processo de formação, foi o norte-americano, mas conservou influência do modelo europeu na exigência do trabalho teórico conduzido de forma autônoma pelo aluno” (COELHO; HAYASHI, 2011, p. 207). Ao final, o Parecer enumerava, em dezesseis tópicos, as características fundamentais dos cursos de mestrado e doutorado (BRASIL, 1965). Após a aprovação do Parecer, algumas leis e decretos foram criados para regulamentar a pós-graduação no país, entre os quais se encontrava o Estatuto do Magistério Superior, que definia o regime jurídico do pessoal docente de nível superior vinculado à administração federal (Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965).



Em 1968, novas legislações foram instituídas: o Decreto nº 63.343, de 1 de outubro de 1968, que criava os Centros Regionais de Pós-Graduação, e o Decreto nº 67.350, de 6 de outubro de 1970, que os regulamentava, definindo cinco Centros Regionais de Pós-Graduação nas diversas regiões do país. Em 1974, o Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro, cria o Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPGE), com a atribuição de elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e propor as medidas necessárias à execução da Política Nacional de Pós-Graduação (BRASIL, 1974).

O I PNPG (1975-1979) buscava solucionar alguns problemas observados na pós-graduação: problemas de estabilização, problemas de desempenho e problemas de crescimento. Para corrigi-los foram estabelecidas três diretrizes: (a) institucionalização do sistema de pós-graduação, por meio da consolidação de atividades regulares nas universidades e de um financiamento estável; (b) elevação dos padrões de desempenho, por meio da racionalização dos recursos humanos visando a qualidade dos cursos; e (c) expansão da pós-graduação, por meio de uma estrutura mais equilibrada entre as diferentes áreas e regiões do país, aumentando a eficácia dos recursos investidos. Para transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes, o sistema de ensino superior deveria:

- difundir e ampliar o saber e a cultura da sociedade;
- utilizar seus meios e instrumentos de ensino e pesquisa, para transformação efetiva das condições materiais e culturais da sociedade, no sentido de seu crescimento social e econômico;
- formar, treinar e qualificar os recursos humanos de nível superior em volume e diversificação adequados para o sistema produtivo nacional e para o próprio sistema educacional. (CAPES, 1975).

O II PNPG (1982-1985), primeiro elaborado pela Capes, teve como objetivo a qualificação dos recursos humanos para a docência e para a pesquisa, visando suprir as necessidades dos setores público e privado. O III PNPG (1986-1989) teve como objetivos a consolidação e a melhoria dos cursos de pós-graduação, a institucionalização da pesquisa nas universidades e a integração da pós-graduação com o sistema de Ciência e Tecnologia. Ao examinar a trajetória das políticas brasileiras de pós-graduação, Hostins considera que,

inicialmente, visou-se a capacitação dos docentes para atuar nas universidades, o desenvolvimento da atividade científica e um aumento progressivo de sua importância estratégica no cenário do ensino superior e da Ciência e Tecnologia no Brasil. Posteriormente, com a consolidação da pós-graduação, notadamente a partir dos anos de 1980, a avaliação do desempenho do sistema torna-se o centro das preocupações e, por fim, a ênfase recai sobre o desenvolvimento da pesquisa na universidade e o estreitamento das relações entre ciência, tecnologia e setor produtivo (HOSTINS, 2006, p. 141).

O atual PNPG (2011-2020) está baseado em cinco eixos: (a) expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG); (b) criação de uma agenda nacional de pesquisa; (c) aperfeiçoamento da avaliação; (d) multi/interdisciplinaridade; (e) apoio a outros níveis de ensino. Entre as diretrizes se destacam a formação de redes de pesquisa e pós-graduação, a ênfase nas questões ambientais, a valorização das características culturais do país e a participação da pós-graduação em ações voltadas ao ensino básico, especialmente nas áreas da saúde e educação (CAPES, 2010).

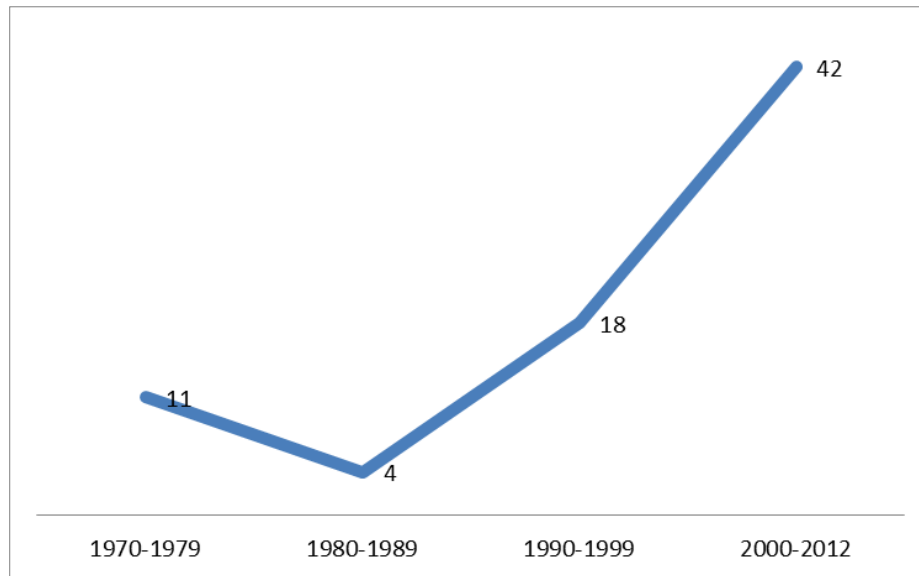
Todas as transformações que ocorreram no ensino superior e na pós-graduação brasileiros ao longo do século XX afetaram positivamente a área do Direito. Dos primeiros doutorados jurídicos introduzidos pela Reforma Francisco Campos até os 88 programas de pós-graduação registrados no SNPG até 2015, são notáveis o crescimento e a diversificação regional da pesquisa científica na área. Examinando a Tabela 5 percebe-se que os cursos de mestrado em Direito apresentaram um forte crescimento entre 1990 e 1999, mas se expandiram definitivamente a partir do ano 2000.

**Tabela 5 – Período de Criação dos Mestrados em Direito, agosto 2015**

PERÍODO	INSTITUIÇÕES	QUANTIDADE
1970-1979	USP, PUC-RIO, UFPE, PUC/SP, UFSC, UFBA, UNB, UFC, UEL, UFMG, UGF	11
1980-1989	UFPR, UFPA, UFRGS, PUC/RS	4
1990-1999	UNESP/FR, UERJ, UNIMEP, UNESA, UCAM, UNIVALI, UFPB/JP, FDMC, PUC/MG, PUC/RS, UNISINOS, ITE, UNISC, PUC/PR, UNIFOR, UNIPAR, UNISANTOS, UPM	18
2000-2012	FEESR, UNIFIEO, FDV, UCS, UENP, UFAL, UCB, UEA, UFRN, UniCEUB, UNIMAR, CESUMAR, FADISP, UNICAP, UFES, UNICURITIBA, URI, FMU, IDP, UNIBRASIL, EDESP/FGV, UFG, UFRJ, UFU, UNIPAC, FDSM, FUMEC, UFMT, ESDHC, FUFSE, UFF, UNIRITTER, CESUPA, UCP/RJ, UFMA, UI, UNAERP, UNB, UNIJUÍ, UNINOVE, UNIRIO, UNISAL	42

Fonte: Planilhas Comparativas da Avaliação Trienal 2013.

Esse crescimento pode ser visto no Gráfico 2, em que observa-se que a partir da década de 1990 houve uma expansão dos cursos de mestrado na área do Direito.

**Gráfico 1 – Período de Criação dos Mestrados em Direito, agosto 2015**

Fonte: Planilhas Comparativas da Avaliação Trienal 2013.

Quanto aos cursos de doutorado, conforme tabela 6, o mais antigo é o da UFMG, criado ainda em 1931, no âmbito da Reforma Francisco Campos. Na década de 1970 foram criados os doutorados da USP e da PUC/SP, aprovados ao mesmo tempo que seus mestrados. O período de maior crescimento dos cursos de doutorado em Direito, assim como o movimento da pós-graduação na área em direção a uma maior regionalização, se verificou a partir do ano 2000, tal como aconteceu com os mestrados.

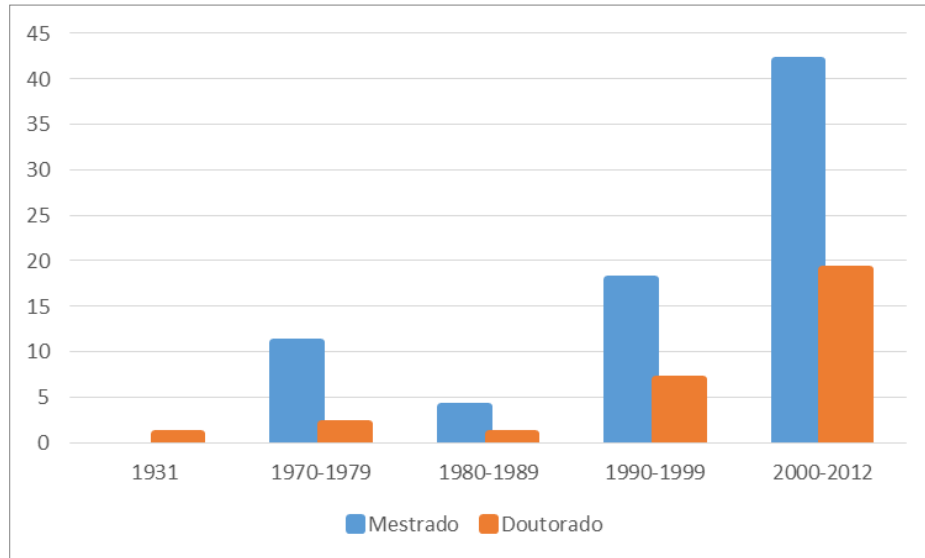
**Tabela 6 – Período de Criação dos Doutorados em Direito, agosto 2015**

PERÍODO	INSTITUIÇÕES	QUANTIDADE
1930-1939	UFMG	1
1970-1979	USP, PUC/SP	2
1980-1989	UFSC	1
1990-1999	UGF, UFPR, UERJ, UFPE, PUC-RIO, UFRGS, UNISINOS	7
2000-2012	PUC/RS, PUC/MG, UNB, UFPA, UFBA, UNESA, PUC/PR, ITE, UNIFOR, UNIVALI, PUC/RS, UPM, FADISP, UNISC, UniCEUB, UFC, UFPB/JP, UNISANTOS, FDV	19

Fonte: Planilhas Comparativas da Avaliação Trienal 2013.

O Gráfico 3 permite observar a evolução da pós-graduação em Direito desde a década de 1930. Observa-se também que a partir de 1990 os cursos apresentaram um crescimento significativo, sendo mais acentuado no mestrado.

**Gráfico 2 – Período de Criação dos Mestrados e Doutorados em Direito, agosto 2015**



Fonte: Planilhas Comparativas da Avaliação Trienal 2013.

## 8 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Como se mencionou na seção 2, o objetivo deste estudo foi mensurar a participação dos títulos estrangeiros disponíveis no Portal Periódicos Capes, particularmente os que foram assinalados com o descritor "Direito", na produção científica dos pesquisadores da área do Direito durante o triênio 2010-2012, como forma de apurar se os pesquisadores dessa área reconhecem e aprovam a coleção especializada selecionada e adquirida pelo governo brasileiro para incrementar a produção científica da área. A pergunta de partida foi assim formulada: Qual foi a participação dos títulos estrangeiros disponíveis no Portal Periódicos Capes na produção científica dos pesquisadores da área do Direito durante o triênio 2010-2012? O estudo proposto insere-se na categoria de pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e uso de técnicas bibliométricas e estatísticas de coleta de dados, em especial a análise de citações.

As consultas ao Portal de Periódicos da Capes para identificar os títulos estrangeiros disponíveis na área do Direito foram realizadas em três ocasiões distintas, de modo a observar as mudanças ocorridas na coleção ao longo do período da pesquisa. A primeira visita foi realizada em junho de 2015, a segunda em abril de 2016 e a terceira em janeiro de 2017. As listagens foram obtidas após selecionar as opções “Buscar periódicos”, “Buscar por área do conhecimento”, “Ciências Sociais Aplicadas” e “Direito”. O inventário dessas coleções foi o ponto de partida para determinar os títulos estrangeiros disponibilizados no Portal mediante assinatura, com acesso restrito às instituições credenciadas.

Quanto à população estudada, considerou-se que o *locus* privilegiado da pesquisa na área do Direito era representado pelos programas de pós-graduação reconhecidos pela Capes, sobretudo os que mantinham cursos de mestrado e doutorado acadêmicos na mesma instituição, e que os docentes permanentes eram seus principais autores, haja vista sua vinculação às linhas de pesquisa desses programas. Em termos de recorte cronológico, optou-se por escolher o período entre 2010 e 2012, correspondente ao último triênio avaliado pela Capes, considerando que os documentos referentes a esse período já se encontravam disponíveis em linha. A relação de Programas de Pós-Graduação em Direito (PPGDs) recomendados pela Capes foi identificada em agosto de 2015, recorrendo-se à Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>) e ao sítio da Avaliação Trienal 2013 (<http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/>), especialmente ao Painel de Divulgação dos Resultados da Trienal (<https://goo.gl/uZolkZ>), que permite a visualização dos dados e a

aplicação de filtros por área, região, conceito e universidade. De acordo com o critério de seleção adotado, a lista de PPGDs obtida incluía programas com conceitos 4, 5 e 6.

A tipificação do corpo docente dos PPGDs selecionados e de sua produção científica durante o triênio 2010-2012 foi realizada a partir dos Cadernos de Indicadores (<https://goo.gl/DpSEIL>), um repositório mantido pela Capes que contém todos os relatórios anuais produzidos pelos programas de pós-graduação em funcionamento entre os anos de 1998 e 2012. Esses relatórios são arquivos em formato pdf que reúnem informações sobre a proposta dos programas, linhas de pesquisa, teses e dissertações defendidas, disciplinas ministradas, corpo docente, projetos de pesquisa, produção bibliográfica, produção técnica, entre outros. Para identificar os docentes que haviam sido indicados pelos PPGDs escolhidos como “permanentes” em todos os três anos do triênio foram verificados os Cadernos “CD - Corpo Docente, Vínculo Formação”. Os Cadernos “PB - Produção Bibliográfica” foram utilizados para mapear a produção científica desses docentes durante o triênio, destacando os artigos completos publicados em periódicos internacionais, que fariam parte do *corpus* da pesquisa.

A etapa seguinte previa o exame do conjunto de artigos reunidos no *corpus* para levantar as citações a artigos publicados em periódicos estrangeiros. Essa etapa representou um grande desafio, pois nem todos os artigos puderam ser recuperados por intermédio do Portal de Periódicos da Capes. Foi preciso empregar estratégias criativas a fim de localizar o texto completo de todos os artigos do *corpus*. As alternativas adotadas incluíram: buscas em bases e catálogos de editoras, livrarias e bibliotecas entre os quais destacaram-se Observatorio Bibliografico del Diritto dell'Economia, Catalogo Italiano dei Periodici (ACNP), Associazione ESSPER: Periodici Italiani di Economia, Scienze Sociali e Storia, Dialnet, Information Matrix for the Analysis of Journals (MIAR), Periodicals Service Company & Schmidt Periodicals GmbH, The Keepers Registry, Cardiff Index to Legal Abbreviations; buscas no Google Scholar; buscas livres no Google; buscas em repositórios institucionais; buscas em bases de dados de acesso aberto; buscas no Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) e posterior aquisição dos artigos via Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT); pedido direto aos autores, por email. O acesso ao texto completo dos artigos do *corpus* permitiu que finalmente se pudesse observar suas referências e notas de rodapé para identificar os artigos de periódicos estrangeiros que haviam sido citados.

Após o mapeamento e a tabulação de todos os dados procedeu-se a análises comparativas de modo a avaliar a participação dos títulos estrangeiros disponibilizados pelo

Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores brasileiros da área do Direito durante o triênio 2010-2012, verificando se os recursos dispendidos pela Capes na manutenção do Portal e da política nacional de acesso à informação científica têm correspondido ao interesse e às necessidades dos pesquisadores da área.

## 9 RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os dados relativos à coleção de periódicos do Portal de Periódicos da Capes disponibilizada para a área de Direito, aos PPGDs e aos professores quadro permanente dos PPGDs no triênio 2010-2012. Também serão apresentados os títulos de periódicos usados pelos professores para publicar, os títulos de periódicos citados pelos professores do quadro permanente dos PPGDs no triênio 2010-2012 e os dados relativos à lista consolidada com os títulos publicados e citados.

### 9.1 Periódicos de Direito no portal de periódicos da Capes

Conforme foi visto na seção referente ao Portal de Periódicos da Capes, seu acervo oferece uma diversificada gama de fontes de informação. Para esta pesquisa, o objeto de interesse são os periódicos estrangeiros em que os usuários somente teriam acesso mediante a assinatura pelo Portal de Periódicos da Capes. Para a coleta destes dados foram feitas três visitas ao Portal de Periódicos da Capes no *website* [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br). Para obter a lista dos Periódicos disponíveis para a área do Direito foi necessário selecionar a seção “Buscar periódicos”, a aba “Buscar por área do conhecimento”, a área “Ciências Sociais Aplicadas” e a subárea do conhecimento “Direito”. A primeira consulta foi realizada em junho de 2015 em que foram encontrados 982 títulos, a segunda, em abril de 2016 encontrou 972 títulos e a terceira, em janeiro de 2017 encontrou 903 títulos. Essas três consultas tiveram como objetivo avaliar as possíveis mudanças ocorridas na coleção nestes períodos.

Foram encontrados 17 títulos de livros indexados como periódicos durante as consultas de 2015 e 2016. Na consulta de 2017, verificou-se que esses títulos saíram da listagem de periódicos. A partir de uma busca pelos títulos na aba “Busca por livros” foram identificados que esses 17 títulos passaram a ser indexados na base de livros.

Ainda analisando as três listagens obtidas observou-se que nelas constavam títulos de periódicos nacionais e que os mesmos tiveram um pequeno crescimento no período de 2015 a 2017, conforme pode-se verificar no gráfico abaixo.



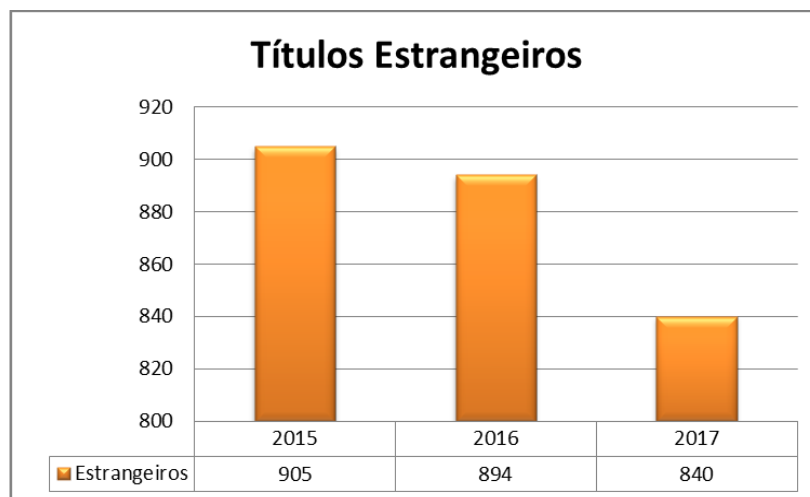
**Gráfico 3 - Títulos de periódicos nacionais disponíveis no Portal de Periódicos da Capes**



Fonte: Portal de Periódicos da Capes

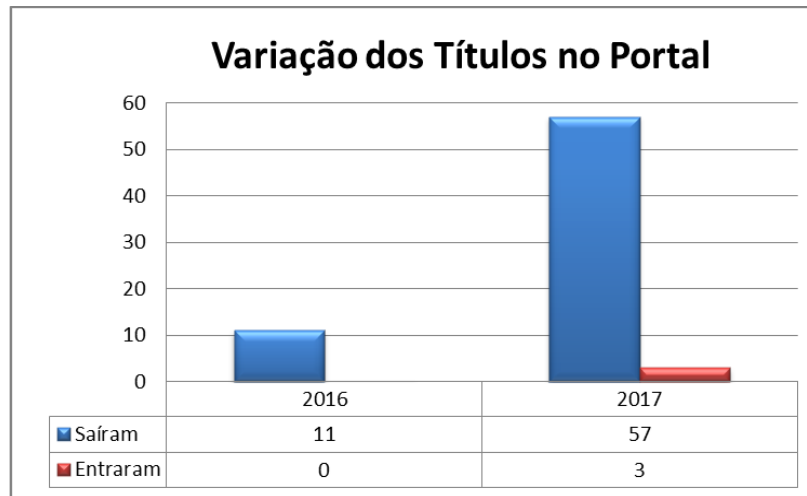
Subtraindo os títulos de livros e os periódicos nacionais do total encontrado nas coletas, identificou-se que o Portal de Periódicos da Capes disponibilizou 905 títulos estrangeiros na coleta de 2015, 894 títulos estrangeiros na coleta de 2016 e 840 títulos estrangeiros na coleta de 2017, conforme pode ser melhor visualizado no gráfico abaixo.

**Gráfico 4 - Títulos de periódicos estrangeiros disponíveis no Portal de Periódicos da Capes**



Fonte: Portal de Periódicos da Capes

Observando essa variação no quantitativo de títulos, verificou-se que deixaram de ser disponibilizados 11 títulos estrangeiros no ano de 2016 e 57 no ano de 2017 e outros 3 títulos passaram a ser disponibilizados pelo Portal no ano de 2017, conforme o gráfico abaixo.

**Gráfico 5 - Variação de títulos estrangeiros no período de 2015-2017**

Fonte: Portal de Periódicos da Capes

Como o objetivo desta pesquisa é mensurar a produção científica dos PPGDs no triênio de 2010 à 2012, analisou-se os 905 títulos estrangeiros encontrados na coleta de 2015.

Com relação ao idioma dos 905 títulos analisados, pode-se verificar que a língua inglesa é o idioma predominante com 93% do total e os outros 7% nas demais línguas, conforme tabela abaixo.

**Tabela 7 - Idiomas predominantes dos títulos estrangeiros coletados em 2015**

<b>IDIOMA</b>	<b>REGISTROS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Inglês	841	93%
Espanhol	23	2,50%
Bilíngue	15	1,60%
Alemão	13	1,40%
Multilíngue	5	0,50%
Francês	4	0,44%
Croata	1	0,11%
Grego	1	0,11%
Português	1	0,11%
Turco	1	0,11%
<b>TOTAL</b>	<b>905</b>	<b>100%</b>

Fonte: Portal de Periódicos da Capes

Os 905 títulos disponíveis no Portal em 2015 tem como principais países de edição os Estados Unidos com 57%, Reino Unido com 17% e Holanda com 8%, os demais 8% estão distribuídos nos demais países, conforme tabela abaixo.

**Tabela 8 - Distribuição geográfica das editoras dos títulos estrangeiros disponíveis em 2015**

<b>PAÍS</b>	<b>REGISTROS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Estados Unidos	514	57%
Reino Unido	152	17%
Holanda	73	8%
Austrália	31	3,40%
Alemanha	30	3,30%
Canadá	22	2,40%
Espanha	11	1,20%
França	11	1,20%
Chile	7	0,80%
Colômbia	4	0,40%
México	4	0,40%
Suíça	4	0,40%
Venezuela	4	0,40%
Índia	3	0,30%
Singapura	3	0,30%
China	2	0,20%
Croácia	2	0,20%
Dinamarca	2	0,20%
Perú	2	0,20%
Romania	2	0,20%
Turquia	2	0,20%
África do Sul	1	0,10%
Azerbaijão	1	0,10%
Bélgica	1	0,10%
Coreia	1	0,10%
Costa Rica	1	0,10%
Emirados Árabes Unidos	1	0,10%
Equador	1	0,10%
Estônia	1	0,10%
Grécia	1	0,10%
Hungria	1	0,10%
Islândia	1	0,10%
Israel	1	0,10%
Itália	1	0,10%
Japão	1	0,10%
Nova Zelândia	1	0,10%
Polônia	1	0,10%
Porto Rico	1	0,10%
Romênia	1	0,10%
Rússia	1	0,10%
Trinidade e Tobago	1	0,10%
<b>TOTAL</b>	<b>905</b>	<b>100%</b>

Fonte: Portal de Periódicos da Capes

O modelo de negócio adotado pelos 905 títulos de periódicos estrangeiros consiste em títulos assinados e títulos de acesso aberto. As assinaturas correspondem a 77% dos títulos disponíveis e as de acesso aberto correspondem a 23%.

**Tabela 9 - Modelo de negócio dos títulos estrangeiros disponíveis em 2015**

<b>MODELO DE NEGÓCIO</b>	<b>REGISTROS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
ASSINATURA	694	77%
ACESSO ABERTO	211	23%
<b>TOTAL</b>	<b>905</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

## 9.2 Programas de pós-graduação na área do Direito

Com base nos critérios descritos na metodologia, foram identificados 88 cursos reconhecidos, totalizando 31 programas. Porém o programa da Universidade Veiga de Almeida (UVA) ainda estava aguardando homologação pelo CNE, desta forma não possuía informações sobre produção científica, e o Doutorado em Direito da UFRJ ainda não tinha iniciado o seu curso, restando apenas 29 para serem analisados.

Foram identificados 8 programas com nota 6 (PUC/MG, PUC/RS, UFMG, UFSC, UFPR, UNB, UNISINOS e USP), 10 com nota 5 (Ciências Criminais PUC/RS, PUC/PR, UFPB JP, UFRGS, UNESA, UNICEUB, UNIFOR, UNISC, UNIVALI, UPM) e 11 com nota 4 (FADISP, FDV, ITE, PUC RJ, UERJ, UFBA, UFC, UFPE, UNISANTOS, PUC/SP e UFPA), totalizando 29 programas a serem analisados, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 1 - PPGDs divididos por notas da Capes**

<b>Universidades Nota 6</b>	<b>Universidades Nota 5</b>	<b>Universidades Nota 4</b>
PUC MG	Ciências Criminais PUCRS	FADISP
PUC RS	PUC PR	FDV
UFMG	UFPB JP	ITE
UFSC	UFRGS	PUC RJ
UFPR	UNESA	UERJ
UNB	UNICEUB	UFBA
UNISINOS	UNIFOR	UFC
USP	UNISC	UFPE
	UNIVALI	UNISANTOS
	UPM	PUC SP
		UFPA

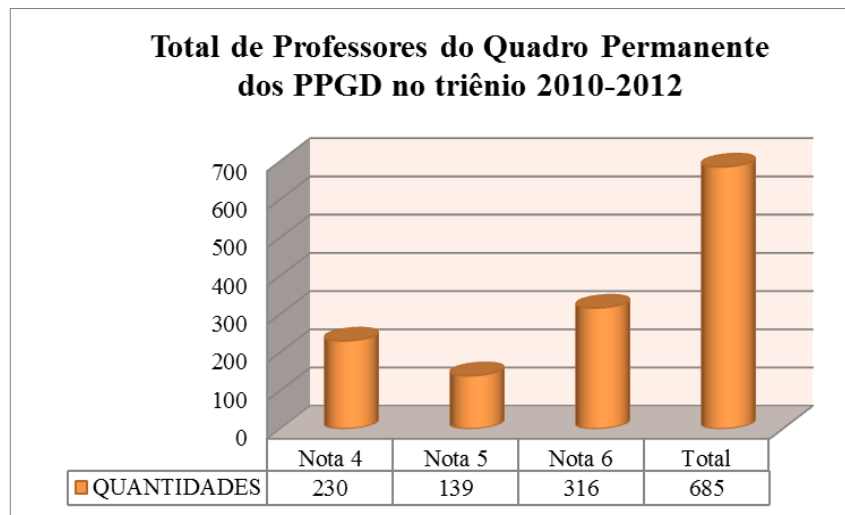
Fonte: <http://www.capes.gov.br>

### 9.3 Pesquisadores do quadro permanente dos PPGDs

Para a identificação dos pesquisadores que compõem o quadro permanente dos PPGDs em Direito foi necessário consultar os Cadernos Indicadores no *website* <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>. Selecionar cada uma das instituições identificadas na etapa anterior de forma individual, optando-se pelo caderno “corpo docente, vínculo formação”, no ano 2012, pois este informava em seu conteúdo se os professores eram permanentes ou convidados dos programas e os anos que eles pertenceram no triênio. Cada um dos arquivos em formato pdf gerado pelo sistema foi reunido em pastas salvas no computador, classificadas pelas notas atribuídas aos programas pela Capes, para posterior verificação. Depois de todos os arquivos reunidos foi necessário consultá-los individualmente a fim de identificar e contabilizar os professores que pertenciam ao quadro permanente, nos três anos consecutivos do triênio 2010-2012.

Foram identificados 685 professores que pertenciam ao quadro permanente, nos três anos consecutivos do triênio 2010-2012. Conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

**Gráfico 6 - Total de Professores do quadro permanente dos PPGDs no triênio 2010-2012**



Fonte: Cadernos Indicadores da Capes

### 9.4 Periódicos científicos estrangeiros publicados

Para obter esses dados fez-se a pesquisa nos Cadernos Indicadores da Capes, por meio do *website* <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>. Foi necessário

selecionar cada uma das instituições identificadas na etapa anterior de forma individual, e separar individualmente os anos que compõe o triênio 2010-2012 optando pelo caderno “produção bibliográfica”.

Cada arquivo em formato pdf gerado pelo sistema foi reunido em pastas salvas no computador, classificadas pelas notas atribuídas aos programas pela Capes e pelos anos do triênio 2010-2012, para posterior verificação. Depois de todos os arquivos reunidos foi necessário consultá-los individualmente para que pudessem ser copiados os dados relativos aos artigos de periódicos estrangeiros seguindo os critérios descritos na metodologia. Para a reunião destes dados foi criada uma planilha no *software Microsoft excel*, que possibilitou a análise dos dados coletados e a construção de quadros e gráficos.

Foram identificados 278 artigos publicados em periódicos estrangeiros lançados no coleta Capes no período de 2010 a 2012. Destes foram descartados 57 artigos pelos seguintes motivos:

- Artigo idêntico lançado por 2 PPGDs porque os autores são credenciados nos 2 programas (18 artigos);
- Artigo escrito por 2 autores lançado separadamente pelo mesmo PPGD (2 artigos);
- Artigo idêntico publicado por um autor em 2 idiomas na mesma revista e lançados de modo separado pelo mesmo PPGD (2 artigos);
- Artigo idêntico publicado por dois autores e lançados com a posição dos autores invertida - pelo mesmo PPGD (2 artigos);
- Artigo idêntico lançado em anos diferentes (3 artigos);
- Artigo idêntico lançado 2 vezes no mesmo PPGD (1 artigo);
- Publicação Duplicada<sup>1</sup> (5 artigos);
- Publicado em 2008 (4 artigos);
- Publicado em 2009 (7 artigos);
- Resenha (5 artigos);
- Publicado em 2013 (2 artigos);
- Capítulo de livro (2 artigos);
- Não consta na revista (2 artigos);

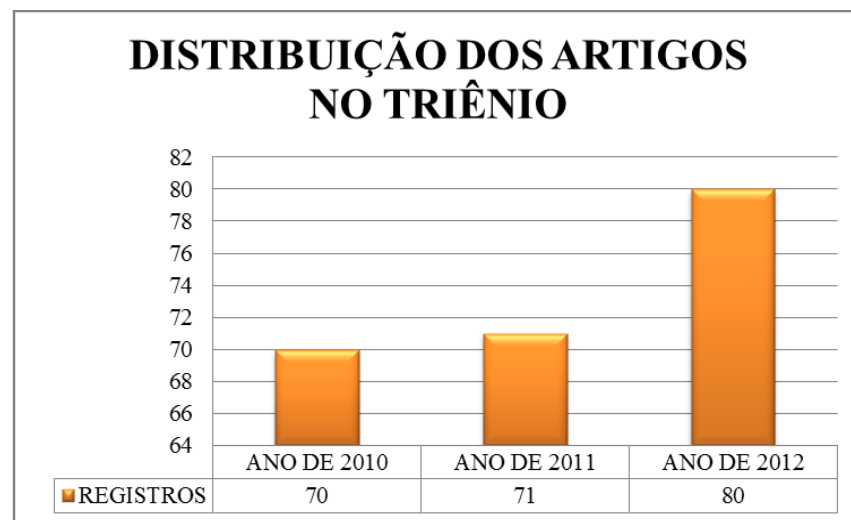
---

<sup>1</sup> A publicação duplicada é aqui entendida de acordo com a definição de Gimenez; Gimenez; Bortolucce (2015, p.1) na qual a mesma acontece “quando os autores enviam o mesmo trabalho para diversos periódicos”. Em 2006 a doutora Marcia Heloisa Tavares de Figueiredo Lima já apontava em sua tese de doutorado a existência de um mesmo trabalho ser publicado em mais de uma revista na área do Direito. Na dissertação da Helena Cristina Duarte Cordeiro, em 2012, também foram encontrados casos de um mesmo trabalho ser publicado em diferentes periódicos na área do Direito.

- Editorial (1 artigo);
- Discurso de Grau (1 artigo).

Com o descarte dos 57 artigos acima explicados, restaram 221 artigos. Analisando esses 221 artigos publicados pelos pesquisadores dos PPGDs, observa-se que houve pouca variação na quantidade de publicações no triênio de 2010-2012. A maior concentração foi no ano de 2012, em que houve 80 publicações, seguido do ano de 2011 com 71 e do ano de 2010 com 70 publicações, conforme gráfico abaixo.

**Gráfico 7 - Distribuição dos artigos publicados no triênio 2010-2012**



Fonte: Cadernos Indicadores da Capes

Esses 221 artigos estão contidos em 148 títulos de periódicos. Observando esses títulos de periódicos identificou-se que 25 títulos pertencem a outras áreas do conhecimento, os quais não são objeto deste estudo. Desta forma, serão analisados os 123 títulos pertencentes à área do Direito<sup>2</sup>.

Analisando os idiomas aceitos pelos títulos de periódicos para a publicação, pode-se perceber que a preferência dos pesquisadores para publicar seus artigos está nos títulos que aceitam a língua espanhola (33%), seguido da língua inglesa (19%), periódicos bilíngues (14%), multilíngues (11%) e os demais 23% distribuídos em outras línguas, conforme tabela abaixo.

<sup>2</sup> O critério utilizado para classificar esses títulos foi a partir da consulta ao *website* dos periódicos e a análise da descrição dos objetivos, público e definição de área a que estes se destinam.

**Tabela 10 - Idiomas aceitos para publicação**

<b>IDIOMA</b>	<b>REGISTROS</b>
Espanhol	41
Inglês	24
Bilíngue	17
Multilíngue	14
Alemão	7
Português	7
Francês	6
Italiano	6
Húngaro	1
<b>TOTAL</b>	<b>123</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Esses títulos têm como principais países de edição a Espanha com 15%, a Alemanha com 12%, a Argentina com 10%, a Itália com 8%, Holanda e Portugal com 7% cada, Colômbia e os Estados Unidos com 6% cada e os demais 29% estão distribuídos em outros países, conforme tabela abaixo.

**Tabela 11 - Distribuição geográfica das editoras dos títulos publicados**

<b>PAÍS</b>	<b>REGISTROS</b>
Espanha	19
Alemanha	15
Argentina	12
Itália	10
Holanda	9
Portugal	8
Colômbia	7
Estados Unidos	7
França	6
México	4
Perú	4
Reino Unido	3
Chile	2
Costa Rica	2
Hungria	2
Austrália	1
Bélgica	1
Brasil	1
Cuba	1
Porto Rico	1

(Continua)



(Continuação)

<b>PAÍS</b>	<b>REGISTROS</b>
República Tcheca	1
Romênia	1
Sérvia	1
Singapura	1
Suíça	1
Turquia	1
Uruguai	1
Venezuela	1
<b>TOTAL</b>	<b>123</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O modelo de negócio adotado pelos periódicos usados pelos pesquisadores para publicar seus artigos consiste em títulos em formato digital e em formato impresso. Os títulos em formato digital estão divididos em acesso aberto e em assinatura, conforme tabela abaixo.

**Tabela 12 - Modelo de Negócio dos títulos publicados**

<b>MODELO DE NEGÓCIO</b>	<b>REGISTROS</b>
Acesso aberto	59
Assinatura	48
Impresso	16
<b>TOTAL</b>	<b>123</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A preferência dos pesquisadores para a escolha dos periódicos para publicar seus artigos, de acordo com os dados coletados, aponta para uma maior incidência em buscar os periódicos em formato digital (87%) em detrimento do formato impresso (13%). No universo do formato digital, em relação aos 123 títulos, observa-se que a preferência recai para os periódicos de acesso aberto (47%) em vez de optarem pelos periódicos que requerem assinatura (40%). Analisando o universo dos periódicos em formato digital que requerem assinatura encontrou-se apenas 3 títulos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes.

### 9.5 Periódicos científicos estrangeiros citados

Esta seção teve como objetivo identificar os periódicos estrangeiros citados nos artigos estrangeiros publicados pelos docentes permanentes dos PPGDs que possuem cursos de Mestrado e Doutorado acadêmico simultaneamente no triênio 2010-2012. Para tanto, foram

considerados os 221 artigos identificados na etapa anterior, não diferenciando os artigos publicados em periódicos da área do Direito dos periódicos de outras áreas. Essa decisão metodológica se justifica por acreditar que para um pesquisador da área do Direito publicar em qualquer área ele irá necessitar consultar e citar material bibliográfico da sua área de origem.

Desses 221 artigos não foi possível localizar o texto completo de 27 artigos. Desta forma, foram analisados 194 artigos publicados em periódicos estrangeiros. Nesses 194 artigos publicados pelos pesquisadores, foram identificados 512 artigos citados. Todos esses 512 artigos foram publicados em periódicos da área do Direito.

Analisando esses 512 artigos citados pelos pesquisadores dos PPGDs, a maior incidência é percebida no período de 1995 a 2010, conforme pode-se visualizar no gráfico abaixo.

Esses 512 artigos estão contidos em 280 títulos de periódicos da área do Direito. Analisando os idiomas aceitos para publicação nesses periódicos, identificou-se que existe uma predominância de citações a periódicos da língua inglesa (68%), seguido da língua espanhola (11%), da língua alemã (6%) e os demais 15% distribuídos em outras línguas, conforme tabela abaixo.

**Tabela 13 - Idiomas aceitos para publicação nos títulos citados**

<b>IDIOMA</b>	<b>REGISTROS</b>
Inglês	191
Espanhol	31
Alemão	17
Italiano	14
Francês	13
Multilingue	8
Português	5
Grego	1
<b>TOTAL</b>	<b>280</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Esses títulos de periódicos têm como principais países de edição os Estados Unidos com 43%, o Reino Unido com 11%, a Alemanha com 8 %, a Holanda com 7%, a Espanha com 6% e os demais 24% distribuídos entre os demais países, conforme tabela abaixo.

**Tabela 14 – Distribuição geográfica das editoras dos títulos citados**

<b>PAÍS</b>	<b>REGISTROS</b>
Estados Unidos	121
Reino Unido	31
Alemanha	22
Holanda	19
Espanha	18
Itália	15
França	10
Canadá	6
Colombia	5
Portugal	5
Argentina	4
Austrália	4
México	4
Bélgica	2
Costa Rica	2
Índia	2
Suíça	2
Austria	1
Chile	1
Grécia	1
Israel	1
Japão	1
Porto Rico	1
República Tcheca	1
Uganda	1
<b>TOTAL</b>	<b>280</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O modelo de negócio adotado pelos periódicos citados pelos pesquisadores em suas publicações, também consiste em títulos em formato digital e em formato impresso. Os títulos em formato digital estão divididos em acesso aberto e em assinatura, conforme tabela abaixo.

**Tabela 15 - Modelo de Negócio adotado pelos periódicos citados**

<b>MODELO DE NEGÓCIO</b>	<b>REGISTROS</b>
Assinatura	130
Acesso aberto	118
Impresso	32
<b>TOTAL</b>	<b>280</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com os dados coletados, observa-se que a preferência dos pesquisadores na escolha dos títulos de periódicos que irão consultar e citar aponta para uma maior incidência em buscar os periódicos em formato digital (89%) em detrimento do formato impresso (11%). No universo do formato digital a preferência recai para os periódicos que requerem assinatura (52%) em vez de optarem pelos periódicos de acesso aberto (48%). Analisando o universo dos periódicos em formato digital que requerem assinatura encontrou-se 56 títulos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes.

### 9.6 Periódicos científicos estrangeiros publicados e citados

Ao consolidar em uma única listagem os títulos dos periódicos usados pelos pesquisadores para publicar com os títulos dos periódicos que eles retiraram os artigos para citação, obteve-se uma lista com 368 títulos (Apêndice A).

Considerando o modelo de negócio dos 368 títulos da lista consolidada, observou-se que 88% dos títulos estão em formato digital e 12 % em formato impresso. Que dos 368 títulos 44% estão disponíveis em acesso aberto, 44% somente mediante assinatura, conforme tabela abaixo.

**Tabela 16 - Modelo de negócio da lista consolidada**

<b>MODELO DE NEGÓCIO</b>	<b>REGISTROS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
ACESSO ABERTO	162	44%
ASSINATURA	162	44%
IMPRESSO	44	12%
<b>TOTAL</b>	<b>368</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Analisando o universo dos periódicos em formato digital que requerem assinatura encontrou-se 57 títulos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, sendo que 4 títulos durante a pesquisa não estavam classificados na área do Direito, apesar dos editoriais dos periódicos afirmarem que se destinavam também a área do Direito. Quando consultado o Portal de Periódicos da Capes, via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) (Anexo A), para saber quais os critérios utilizados para a classificação dos periódicos inseridos no Portal foi utilizado como exemplo de discrepância na classificação o periódico “International Community Law Review”. Obteve-se como resposta que a classificação dos periódicos segue a tabela de áreas do conhecimento da Capes e sua hierarquia de assuntos. Eles consultam o

conteúdo dos periódicos e seus editoriais, as bases de dados de indicadores bibliométricos e a avaliação Qualis e que o periódico dado como exemplo provavelmente ainda estava sendo processado, mas agora ele também fazia parte da coleção de periódicos da área do Direito.

## 10 DISCUSSÃO E ANÁLISE

O Portal de Periódicos da Capes ao longo do triênio 2010-2012 vem diminuindo sua oferta de títulos para a área do Direito e procurando adequar a classificação dos títulos de periódicos e livros que disponibiliza. Apesar de em 2017 já ter identificado erros na sua classificação, ele ainda vem apresentando problema visto a classificação equivocada de periódicos em livros e de títulos que não pertencem as suas áreas do conhecimento. Conforme foi visto no capítulo de políticas públicas de informação, a nova Portaria publicada este ano estabelece uma Equipe de Suporte que tem como uma das finalidades a avaliação e análise da coleção. Espera-se com isso que os equívocos sejam sanados.

O levantamento da produção científica dos professores do quadro permanente dos PPGDs aponta alguns problemas que os Programas apresentam ao lançar seus dados no Coleta Capes. Os problemas que mais se destacaram é a duplicidade de publicações devido aos professores estarem credenciados a dois PPGDs diferentes, duplicidade de lançamento dos dados, publicação duplicada e o lançamento de dados fora do triênio analisado. Acredita-se que para que esses problemas não venham mais a acontecer será necessária uma melhor distinção dos trabalhos desenvolvidos por cada programa que o professor está vinculado, uma verificação dos lançamentos a fim de evitar a duplicidade e o envio de dados fora do triênio analisado e uma conscientização dos pesquisadores em evitar o envio dos seus trabalhos para mais de um periódico internacional.

A análise do idioma predominante tanto nos títulos que o Portal de Periódicos da Capes disponibiliza quanto nos títulos de periódicos utilizados para extrair artigos para empregar nas citações indica o inglês como língua dominante. Já no que tange os títulos de periódicos utilizados para publicar a predominância é do espanhol, apesar da língua inglesa ser a segunda língua mais utilizada. Esses dados confirmam o que Santos (2003), Zimba e Mueller (2004) e Mueller (1999) já vinham apontando. Existe um privilégio pelas bases de dados em disponibilizar publicações em língua inglesa, uma não indexação pela SSCI de periódicos europeus por não terem o idioma inglês como língua mãe e que a língua atual da ciência é o inglês. Pode-se inferir que a predominância do espanhol nos títulos publicados possa estar associada ao que Stumpf (1996) constatou ao afirmar que a comunidade científica tende a publicar em uma língua conhecida por um grande público. Pensando em esfera nacional o espanhol está mais próximo do grande público do que o inglês.

Em relação à distribuição geográfica das editoras, percebe-se que os Estados Unidos e o Reino Unido são os países que prevalecem tanto nos títulos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes quanto nos títulos em que os artigos citados se encontram. Em relação à escolha dos títulos para publicar os artigos, percebe-se que os pesquisadores recorreram às editoras de países europeus (Espanha, Alemanha, Itália) e da América Latina (Argentina).

O uso de periódicos que possuem o acesso aberto como modelo de negócio parece ser adotado pelos pesquisadores da área do Direito. Visto que 44% dos títulos que constam na lista consolidada com os títulos publicados e citados pelos pesquisadores do quadro permanente dos PPGDs no triênio 2010-2012 são em acesso aberto, 12% são impressos, 29% assinatura e 15% estão disponíveis no Portal de Periódicos da Capes.

O Portal em 2015 oferecia 694 títulos que necessitavam de assinatura para ter acesso ao seu conteúdo. Os pesquisadores têm como demanda 368 títulos, sendo que destes 207 são acesso aberto ou impresso. Os 162 títulos que necessitam de assinatura apenas 57 estavam disponíveis no Portal em 2015, sendo que 4 eram classificados em outras áreas. Desta forma 53 constavam da lista de títulos obtida em 2015. Isso aponta que ao extrair indicadores de demanda versus oferta de títulos, constata-se que os pesquisadores utilizaram 7,6% dos títulos disponíveis no Portal.

## 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi visto, uma política pública é uma diretriz que visa solucionar um problema público. O Portal de Periódicos da Capes foi criado com a intenção de resolver o problema de aquisição dos periódicos estrangeiros pelas universidades, pois os custos dos periódicos eram cada vez mais altos e as verbas governamentais tinham sido diminuídas nesse período. Além disso, havia uma tendência mundial, dominada pelo mercado informacional, que levava a inserção dos periódicos eletrônicos no mercado.

As tentativas de solução para o problema de aquisição de periódicos pelas bibliotecas universitárias foi uma preocupação constante da Capes. A primeira política pública criada para resolver esta demanda foi o PNBU por meio do Probib que cria o PAP (1987-1991). Com o fim do PNBU diversas ações foram criadas a fim de ocupar a falta de uma política pública macro de acesso à informação científica e tecnológica. Em 1994 a aquisição foi feita em uma ação conjunta do SeSu, Capes, FNEP e CNPq, em 1995 cria-se o primeiro PAAP, em 1997 a Capes centraliza a aquisição para em 2000 lançar o Portal e em 2001 relançar o PAAP que foi modificado agora em 2017.

Esta pesquisa propôs estudar o Portal de Periódicos da Capes como uma política pública de acesso à informação científica e tecnológica, com base no conceito defendido por González de Gómez (1999). A partir desse conceito pode-se inferir que o Portal de Periódicos da Capes enquanto política é uma ação voltada a modificar o regime de informação vigente, é tácita e o lócus de manifestação é o Estado.

O objetivo desta pesquisa é mensurar a participação dos títulos estrangeiros disponíveis no Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores da área do Direito durante o triênio 2010-2012.

Na literatura foram encontrados diversos trabalhos que buscaram avaliar o Portal de Periódicos da Capes. As temáticas foram as mais diversas. Encontraram-se estudos de uso e usuários, de produção científica, de usabilidade, de políticas públicas de informação, de custo dos periódicos científicos, de governança eletrônica, de histórico do Portal, de treinamento no uso do Portal, de bibliotecário como mediador, de desenvolvimento de coleções e de marketing. Não foram encontrados estudos que analisassem a contribuição do Portal de Periódicos da Capes para as necessidades dos pesquisadores da área do Direito, o que dá o ineditismo a essa pesquisa.



Pode-se perceber por intermédio da literatura que o pensamento científico da área do Direito sofreu diversas mudanças desde Roma com o *Concilium Imperial* até 1960 quando caminha para a interdisciplinaridade. No Direito os periódicos científicos não foram adotados logo no início em comparação às outras profissões, pois não se via a necessidade do uso desta fonte de informação, visto que se apoiavam mais em compilações monográficas de leis e de jurisprudência e as obras elementares. Somente no século XVIII é que surgem os primeiros periódicos na Europa como forma de difundir uma nova corrente de pensamento em que a razão é a égide das normas e das leis. Já no Brasil os periódicos surgem somente no século XIX.

A pós-graduação em Direito no Brasil tem suas raízes fincadas na formação cultural do próprio país. Surgiu para suprir as necessidades locais de gerar professores para os cursos de graduação e com isso gerar políticos, juízes e desembargadores e firmar a isonomia do Brasil frente Portugal. A chamada reforma Francisco Campos também tentava suprir o ensino superior de professores capacitados para lecionar e desenvolver pesquisas, mas foi com o Parecer Sucupira que a pesquisa se firmou no país.

Os dados levantados sobre as pós-graduações existentes no Brasil no triênio analisado identificaram 29 programas com mestrado e doutorado acadêmico simultaneamente. Esses são divididos por notas de 4 a 6. O número de programas com nota 6 é menor que o de nota 4. Em contrapartida o número de professores dos PPGDs com nota 6 é maior que o de nota 4.

Com relação ao Portal os dados levantados indicam uma diminuição dos títulos ofertados para a área do Direito, quando analisadas as coletas realizadas nos anos de 2015, 2016 e 2017. Percebe-se também que o Portal vem tentando solucionar seus problemas de classificação dos periódicos, visto a retirada dos livros da listagem de periódicos. Porém ainda foram identificadas inconsistências na classificação que necessitam ser revistas.

Percebe-se que o inglês é o idioma predominante nos títulos disponíveis no Portal e nos títulos usados para retirar artigos para citar. E tanto as editoras dos periódicos disponíveis no Portal quanto às utilizadas para retirar os artigos para citar têm como os dois primeiros países de predominância geográfica os Estados Unidos e o Reino Unido. Isso se diferencia quando observa-se os periódicos usados para publicar, visto que o idioma predominante é o espanhol e os dois primeiros países de predominância geográfica são a Espanha e a Alemanha.

Pode-se perceber que em relação aos títulos que os pesquisadores usam para publicar suas pesquisas a contribuição do Portal para as pesquisas na área do Direito é bem pequena,

visto que apenas 3 títulos estão disponíveis no Portal. Também foi possível constatar que 60% dos títulos utilizados para publicar não tem motivo para estarem no Portal já que 47% é acesso aberto e 13% são impressos. Porém os 48 títulos que requerem assinatura poderiam ser assinados pelo Portal. E com relação aos títulos citados pelos pesquisadores pode-se constatar que o Portal só disponibilizar 20% dos títulos usados para retirar artigos para citar.

Comparando a lista consolidada de títulos publicados e usados para citar com a lista de títulos disponibilizados no Portal que foi coletada em 2015 pode-se concluir que os pesquisadores usaram apenas 7,6% dos títulos que estão disponíveis no Portal. Apesar deste baixo índice viu-se que 56% dos títulos não teriam motivos para ser assinados pelo Portal, já que 44% estão disponíveis em acesso aberto e 12% são títulos disponíveis em formato impresso. Porém ainda pode-se notar que 105 títulos poderiam ser assinados pelo Portal.

Desta forma, conclui-se que o Portal de Periódicos da Capes apesar de ser uma ação da Capes visando resolver um problema público ele pode ser considerado uma política pública de acesso à informação científica e tecnológica quando utilizado como parâmetro o conceito defendido por González de Gómez (1999). Também é possível concluir que os pesquisadores da área do Direito se utilizam pouco dos títulos disponíveis no Portal, preferindo utilizar títulos que estão disponíveis em acesso aberto e em formato impresso. Porém também percebe-se que existem títulos de interesse dos pesquisadores que ainda não fazem parte da coleção do Portal da Capes e que merecem atenção.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar o assunto. Apesar de sua abrangência em relação ao número de PPGDs estudados, teve como limitação o fato de ser levantando a produção bibliográfica de apenas um triênio. Desta maneira, recomenda-se que a área realize maiores estudos sobre a área do Direito para que haja maior compreensão das suas demandas principalmente em relação aos periódicos científicos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Henrique Marcondes de *et al.* Estado da arte dos periódicos acadêmicos eletrônicos brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de. **O portal de periódicos da Capes: estudo sobre a sua evolução e utilização.** 177p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. O Portal de Periódicos Capes. In: REUNIÃO DE BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO PORTAL DE PERIÓDICOS, 1., 2015.

Apresentação. Brasília, 2015. Disponível em:

[https://periodicos.capes.gov.br/images/documents/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Portal%20de%20Peri%C3%B3dicos\\_Elenara%20Almeida.pdf](https://periodicos.capes.gov.br/images/documents/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Portal%20de%20Peri%C3%B3dicos_Elenara%20Almeida.pdf). Acesso em: 28 maio 2017.

\_\_\_\_\_; GUIMARÃES, Jorge Almeida. **A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira.** São Paulo: Senac, 2013.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. ALVES, Isabel Teresa Gama. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 7, n. 13, p. 218-246, 2010. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/194/188>. Acesso em: 12 maio. 2015.

ALVES, Rubens. **Filosofia da Ciência: introdução ao jogos e suas regras.** São Paulo: Ars Poetica, 1996.

AMORIM, Antonio Carlos. **A globalização do mercado de periódicos científicos eletrônicos e os consórcios de bibliotecas universitárias brasileiras: desafios à democratização do conhecimento científico.** 2002. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de São Paulo, 2002.

BIOJONE, Mariana Rocha. **Os periódicos científicos na comunicação da ciência.** São Paulo: Educ; FAPESP, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: UNESP, 2004.

BOAVENTURA, E. M. A Newton Sucupira, a pós-graduação e a universidade. In: \_\_\_\_\_. **Construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência.** Salvador: EDUFBA, 2009, p. 143-153. Disponível em : <<http://static.scielo.org/scielobooks/4r/pdf/boaventura-9788523208936.pdf> > Acesso em 24 jan. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos

regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em : <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 10 jan. 2016

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.852**, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em : <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-publicacaooriginal-85620-pe.html>> Acesso em 17 jan. 2016

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 73.411**, de 4 de Janeiro de 1974. Institui o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73411-4-janeiro-1974-421858-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 98.964**, de 16 de Fevereiro de 1990. Institui o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-98964-16-fevereiro-1990-328455-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14 set. 2016

\_\_\_\_\_. **Lei 11 de agosto de 1827**. Crêa dous Cursos de ciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm). Acesso em: 10 jan. 2016

\_\_\_\_\_. **Lei nº 114**, de 11 de novembro de 1935. Modifica a legislação do ensino. (Curso de Doutorado). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-114-11-novembro-1935-398007-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 17 jan. 2016

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.881-A**, de 6 de dezembro de 1965. Dispõe sôbre o Estatuto do Magistério Superior. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4881-a-6-dezembro-1965-368405-publicacaooriginal-50614-pl.html> Acesso em 26 jan. 2016

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977**, aprovado em 3 dez. 1965. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer\\_CESU\\_977\\_1965.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf) Acesso em 17 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 287, de 24 de abril de 1986. **Diário Oficial**, Brasília, 28 abril 1986b. Seção I, p. 6050-6052.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 288, de 24 de abril de 1986. **Diário Oficial**, Brasília, 25 abril 1986a. Seção I, p. 6000-6001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Portaria nº 55, de 28 de abril de 1986c. **Diário Oficial**, Brasília, 30 abril 1986c. Seção I, p. 6224-6225.

BRASIL, Felipe Gonçalves. Políticas participativas e a nova literatura de análise de políticas públicas: novos horizontes para agenda de pesquisa. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, v. 3, n.1, p.44-61, 2013.

CAETANO, Ana Carolina de Souza. Políticas públicas para bibliotecas universitárias: um olhar sobre os resultados do PNBu (1986). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17, 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CAPES. Portaria nº 34, de 19 de julho de 2001. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 54-55, 24 jul. 2001. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=54&data=24/07/2001>. Acesso em: 16 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP)**. Set. 2008. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/53-conteudo-estatico/servicos/2345-programa-de-apoio-a-aquisicao-de-periodicos-paap#portal-searchbox>. Acesso em 28 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **I PNPG: Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília, 1975. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao> Acesso em 16 jan. 2016

\_\_\_\_\_. **II PNPG: Plano Nacional de Pós-Graduação 1982-1985**. Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao> Acesso em 16 jan. 2016

\_\_\_\_\_. **III PNPG: Plano Nacional de Pós-Graduação 1986-1989**. Brasília, 1986. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao> Acesso em 16 jan. 2016

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao> Acesso em 16 jan. 2016

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. 2 v. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao> Acesso em 16 jan. 2016

\_\_\_\_\_. Portal de Periódicos da Capes. **Histórico**. Disponível em: [http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100](http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100). Acesso em 28 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Coordenação-Geral do Portal de Periódicos. Portal de Periódicos Capes: diretrizes e políticas futuras. In: REUNIÃO DE DIRETORES DE BIBLIOTECA DO PORTAL DE PERIÓDICOS, 2014. Apresentação. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/Portal%20de%20Peri%C3%B3dicos%20Capes\\_Elenara%20Almeida.pdf](http://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/Portal%20de%20Peri%C3%B3dicos%20Capes_Elenara%20Almeida.pdf). Acesso em: 28 maio 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CENDÓN, Beatriz Valadares *et al.* Uso dos periódicos do Portal CAPES pelos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Odontologia de Araraquara – UNESP – no período de 2000 a 2005. **Transinformação**, v. 21, n. 2, p. 133-149, maio/ago. 2009.

CENDÓN, Beatriz Valadares; RIBEIRO, Nadia Ameno. Análise da literatura acadêmica sobre o Portal Periódicos Capes. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 2, p. 157-178,

maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1784/>. Acesso em: 26 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Uso do Portal de Periódicos da CAPES: análise das pesquisas publicadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010.

CHASTINET, Yone. Participação da comunidade na implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6, 1989, Belém. **Anais...** Belém: Universidade Federal do Pará, Biblioteca Central; MEC SESU, 1990. v. 2, p. 38-47.

CHORÃO, Luís Bigotte. **O periodismo jurídico português do século XIX**: páginas de história da cultura nacional oitocentista. Lisboa: Imprensa Nacional, Cada da Moeda, 2002.

COELHO, Márcio; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Pós-graduação no regime militar: zona franca de produção do conhecimento. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande-MS, n. 31, p. 193-213, jan./jun. 2011.

COELHO, Maria de Fátima Pinto. **A utilização do Portal de Periódicos da CAPES para a produção de patentes na área de engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais**. 228 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9PRK5H/disserta\\_ao\\_\\_\\_fatima\\_\\_versao\\_finalissima.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9PRK5H/disserta_ao___fatima__versao_finalissima.pdf?sequence=1)>. Acesso em 16 jan. 2017.

CORDEIRO, Helena Cristina Duarte. **Direito à Informação**: um estudo informétrico na Base RVBI (1988/2010). 178f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CORREA, Cynthia Harumi Watanabe *et al.* Portal de periódicos da CAPES: um misto de solução financeira e inovação. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.127-145, jan./jun. 2008.

COSTA, Rubenildo Oliveira da. **Análise do uso de periódicos científicos na transição do meio impresso ao eletrônico em dissertações e teses**: o impacto do Portal de Periódicos/Capes na produção do conhecimento. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007a.

COSTA, Rubenildo Oliveira da. A comunicação eletrônica e a alteração de tempo e espaço na produção do conhecimento científico. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 2, maio/ago. 2007b.

COSTA, Sely M. S. Mudanças no processo de comunicação científica: o impacto do uso de novas tecnologias. In: MUELLER, Suzana P. M.; PASSOS, Edilenice J. L.. **Comunicação científica**. Brasília: Departamento da Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 2000, p. 85-105

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 21, n. 47, p.100-123, set./dez., 2016.

DIAS, Rafael de Brito. O que é a política científica e tecnológica? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 316-344, set./dez. 2011.

FARIA, Leandro Innocentini Lopes de (coord.). Análise da produção científica a partir de publicações em periódicos especializados. In: BRENTANI, Ricardo Renzo; CRUZ, Carlos Henrique de Brito (coord.). **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo 2010**. São Paulo: FAPESP, 2011. 2v. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/6479>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

FERNANDES, Wesley Rodrigo; CENDÓN, Beatriz Valadares. Ciência da informação no portal de periódicos Capes: estudo bibliométrico para avaliação da coleção. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010a.

\_\_\_\_\_. Portal de Periódicos da Capes: proposta de um modelo de estudo bibliométrico para avaliação da coleção. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 318 - 349, nov. 2010b.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. O Direito como objeto de conhecimento: perfil histórico. In: \_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do direito: técnica decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 31-56.

FERREIRA, Sueli Mara S. P.; SOUTO, Leonardo Fernandes. Dos sistemas de informação federados à federação de bibliotecas digitais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, v. 2, n. 1, p.23-40, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/3/20>. Acesso em: 23 jan. 2017.

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. Modelos de pesquisa jurídica. In: \_\_\_\_\_. **Iniciação à pesquisa no direito: pelos caminhos do conhecimento e da invenção**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 37-44.

FORMIGA, Armando Soares de Castro. O período jurídico oitocentista na órbita das academias Brasileiras. **Revista Integralização Universitária**, v.1, n.1, abr./set. 2007.

\_\_\_\_\_. **Periodismo jurídico no Brasil do século XIX**: história do Direito em jornais e revistas. Curitiba: Juruá, 2010.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. A informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1/2, p. 41-81, 1980.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. **Plano nacional de bibliotecas universitárias**: planejamento e permanência. [Brasília: Finep], 1991. 42 f.

GARVEY, William D.; GRIFFITH, Belver C. Communication and information Processing within scientific disciplines : empirical findings for psychology. **Information Storage and Retrieval**, v.8, p. 123-136, 1972.

GIMENEZ, Ana Maria Nunez; GIMENEZ, Claudemir; BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. O direito do autor e o autoplágio: entre o lícito, ilícito e o antiético. **Jus Navegandi**, p.1-3, 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/imprimir/38311/o-direito-do-autor-e-o-autoplagio-entre-o-licito-ilicito-e-o-antietico>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

GOMES, Maria Yêda F. S. de Filgueiras. O estado e o processo de implantação de uma política nacional de informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 105-117, jul./dez. 1988.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Néida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v.1, n.1, abr. 1999.

\_\_\_\_\_. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

\_\_\_\_\_. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, n.3, p.43-60, set./dez. 2012.

GREGOLIN, José Ângelo Rodrigues (coord.). Análise da produção científica a partir de indicadores bibliométricos. In: LANDI, Francisco Romeu (coord.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2004**. São Paulo: FAPESP, 2005. 2v. Disponível em: <[http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume1/cap05\\_voll.pdf](http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume1/cap05_voll.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2017.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida. Periódicos científicos nos suportes impresso e eletrônico: apontamentos para um estudo-piloto na UFRGS. **Revista de Economia de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v.8, n.2, mayo-ago. 2006.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan/jun. 2006, Disponível em : <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em 23 jan. 2016

KLAES, Rejane Raffo; SILVA, Tânia Urbano da; CHASTINET, Yone. Estudo da demanda dos periódicos financiados pelo projeto de cooperação do Programa de Aquisição Planificada de Periódicos -PAP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6, 1989, Belém. **Anais...** Belém: Universidade Federal do Pará, Biblioteca Central; MEC SESU, 1990. v. 2, p. 57-120.

KONDO, E. K. Desenvolvendo indicadores estratégicos em ciência e tecnologia: as principais questões. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 128-133, maio/ago. 1998. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/kondo.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2016.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.1, p.1-24, jan-jun. 2007.



\_\_\_\_\_; TARUHN, Rosane. Biblioteca eletrônica de revistas científicas internacionais: projeto de consórcio. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 193-197, maio/ago. 1998.

\_\_\_\_\_. O uso da informação em suporte eletrônico: uma experiência do ProBE/Fapesp. **Revista Usp**, n. 55, set./nov. 2002.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LETA, J.; ARAÚJO, K. M. A. Periódicos de acesso aberto: temática periférica nas ciências? In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 5., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016.

LIMA, Márcia Heloisa Tavares de Figueredo. **Pela reconstrução epistemológica do direito à informação**: um estudo metainformacional da opinio juris brasileira contemporânea. 2006. 300 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UFRJ/ECO-CNPq/IBICT, Rio de Janeiro, 2006.

LUBISCO, Nidia Maria Lienert. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC**: o caso da UFBA. 2011. 279f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2011.

MARICATO, João de Melo. O impacto do portal de periódicos da Capes na produção científica da área de Plasma no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n.2, p.98-117, maio/ago. 2007.

MARTINHO, Ana Maria de Sá Osório Figueiredo. **Contributo das revistas jurídicas para a comunicação e criação de conhecimento**: uma perspectiva bibliométrica. 264f. Tese (Doutorado em Bibliografía y Documentación Retrospectiva en Humanidades) Programa de Doctorado: D264: Bibliografía y Documentación Retrospectiva en Humanidades. Departamento de Ciencias Sanitarias y Médico-Sociales. Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares, 2011.

MATTOS, Ana Maria; DIAS, Eduardo Wensel. Periódicos eletrônicos sobre administração disponíveis no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: uma avaliação. **Ciência da Informação**, v. 39 n. 1, p.51-66, jan./abr. 2010.

MEADOWS, A. J. Avaliando o desenvolvimento da comunicação científica eletrônica. In: MUELLER, Suzana P. M.; PASSOS, Edilenice J. L. **Comunicação científica**. Brasília: Departamento da Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 2000, p. 23-34.

MENEGHINI, R.; LETA, J. Produção científica. In: **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo – 2001**. São Paulo: FAPESP, 2002. Cap. 6, p. 3-21. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/publicacoes/indct/cap06/cap06.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; CARVALHO, Andréa Vasconcelos; RAMOS, Anátalia Saraiva Martins. Portal de periódicos da CAPES: uma política pública de acesso à informação científica e tecnológica. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n.1, p. 185- 204, 2015.

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, p. 375-382, set./dez. 1996.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Apresentação da proposta de metodologia e plano de pesquisa para avaliação das listas básicas de periódicos financiados pelo PAP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6, 1989, Belém. **Anais...** Belém: Universidade Federal do Pará, Biblioteca Central; MEC SESU, 1990. v. 2, p. 18-36.

\_\_\_\_\_. Metodologia para avaliação de lista básica de periódicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.20, n.2, p.111-118, jul./dez. 1991.

\_\_\_\_\_. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, v.13, n.3, p.309-317, set./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **DataGramZero: revista de Ciência da Informação**, n.0, dez. 1999.

\_\_\_\_\_. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.2, p.27-38, maio/ago. 2006.

\_\_\_\_\_; PASSOS, Edilenice J. L. As questões da comunicação científica e a ciência da informação. In: \_\_\_\_\_. **Comunicação científica**. Brasília: Departamento da Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 2000, p.13-22

NEVES, Teodora Marly Gama das Neves. Livre acesso à publicação acadêmica. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 33, 2004.

ODDONE, Nanci; MEIRELLES, Rodrigo. O Portal de Periódicos da Capes e os indicadores de desempenho da informação eletrônica. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v.7, n.3, jun. 2006.

OLIVEIRA, Marilina de Araújo Freitas; ODDONE, Nanci. Estudo bibliométrico sobre o uso do acervo do portal da capes entre os pesquisadores brasileiros da ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007.

ORTELLADO, Pablo. As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 186-195, 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3164/2830>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

PACKER, Abel L. Os periódicos brasileiros e a comunicação da pesquisa nacional. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, p.26-61, mar./maio,2011.

PROBE. **Histórico**. Disponível em: <http://www.probe.br> Acesso em 28 ago. 2015

RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. O periodismo jurídico brasileiro no século XIX. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.54-97, jan. 2010.

SANTANA, Jaciane Freire *et al.* Políticas públicas de acesso à informação científica: Portal de Periódicos da Capes. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 17, n. 35, p.121 -144, set./dez. 2012

SANTANA, Jaciane Freire. **Estudo de uso de periódicos científicos em teses e dissertações do Programa de Pós-graduação de Letras da UFPE**. 54f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/bibtcc/files/p/342/342.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

SANTANA, Otacílio Augusto; PEIXOTO, Luciana Roberta Tenório. O impacto do Portal Capes nas referências de artigos científicos sobre Ciências Biológicas e Saúde na Universidade de Brasília. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 352 - 362, nov. 2010.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo. Produção científica: por que medir? O que medir? **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.1, n.1, p.22-38, jul./dez. 2003

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

\_\_\_\_\_. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage learning, 2016.

SILVA, Angela Maria Moreira. A construção das bibliotecas universitárias no Brasil. **Revista Informação & Universidade (RevIU)**, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/259345328\\_A\\_construcao\\_das\\_bibliotecas\\_universitarias\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/259345328_A_construcao_das_bibliotecas_universitarias_no_Brasil)>. Acesso em: 05 nov. 2016.

SILVA, Edilene Maria. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. Difusão da doutrina jurídica: as revistas brasileiras de Direito. **Revista de Direito UPIS**, v.1, n.1, p. 261-298, jan. 2003

SILVA, Maria Creuza Ferreira da. **O impacto do Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores da área de saúde coletiva da Universidade Federal da Bahia: 2000-2006**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, Terezinha Elizabeth; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Configurações contemporâneas da política de informação: poder, política e regime de informação. In: TOMAÉL, Maria Inês (Org.). **Compartilhamento da informação**. Londrina: eduel, 2012. p. 73-101.

SIVIERI-ARAÚJO, Gustavo *et al.* Uso dos periódicos do Portal CAPES pelos programas de pós-graduação da Faculdade de Odontologia de Araraquara – UNESP no período de 2000 a 2005. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008 .

SPINAK, E. Indicadores cientimétricos. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 141-148, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a07.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

STREHL, Letícia. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 1, p.19-27, jan./abr. 2005

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, 1996.

TARUHN, Rosane. **Desenvolvimento cooperativo de coleções de revistas científicas na Rede Brasileira de Informação em Ciências da Saúde**. 127p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TRZESNIAK, Piotr. A questão do livre acesso aos artigos publicados em periódicos científicos. **Em Aberto**, v. 25, n. 87, p. 77-112, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 159-64, 1998. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/797/725>. Acesso em: 16 jan. 2017

VALLADÃO, Haroldo. **História do direito especialmente do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1973. Pt. 2: Direito brasileiro imperial e republicano.

VENANCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das ciências da comunicação no Brasil**. 361f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ZIMBA, Horácio Francisco; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Colaboração internacional e visibilidade de países em desenvolvimento: o caso da pesquisa na área de medicina veterinária em Moçambique. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.14, n.1, p.45-68, jan./jun. 2004.

**APÊNDICE A – LISTA CONSOLIDADA DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS  
ESTRANGEIROS PUBLICADOS E CITADOS**

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO DA REVISTA</b>	<b>ISSN</b>
1	Adelaide Law Review	0065-1915
2	Albany Law Environmental Outlook Journal	1085-3634
3	American Business Law Journal	1744-1714
4	American Journal of Comparative Law	0002-919X
5	American Journal of International Law, The	0002-9300
6	American Journal of Jurisprudence, The	2049-6494
7	American Lawyer, The	0162-3397
8	American University International Law Review	1520-460X
9	American University Law Review	0003-1453
10	Analele Universitatii din Bucuresti. Drept	1011-0623
11	Anales de la Cátedra Francisco Suárez	0008-7750
12	Analisi e Diritto	1126-5779
13	Animal Law Review	1088-8802
14	Antitrust Review of the Americas, The	1468-7054
15	Antropología y Derecho	1668-7639
16	Anuario Colombiano de Derecho Internacional	2027-1131
17	Anuario da Facultade de Dereito da Universidade de A Coruña	1138-039X
18	Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano	1510-4974
19	Anuario de Derecho Maritimo	0211-8432
20	Anuario de Derecho Penal Económico y de la Empresa, , Lima	2224-9699
21	Anuario Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional	0570-4316
22	Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional	1138-4824
23	Anuario Mexicano de Derecho Internacional	1870-4654
24	Anuario Mexicano de Historia del Derecho	1870-4654
25	Archiv Des Öffentlichen Rechts (Aör)	0003-8911
26	Archiv des Völkerrechts	0003-892X
27	Archiv für die Civilistische Praxis	0003-8997
28	Arizona Law Review	0004-153X
29	ARSP. Archiv fur Rechts- und Sozialphilosophie	0001-2343
30	ARSP-B: Beiheft - Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie – Beihefte	0341-079X
31	Asia-Pacific Tax Bulletin	0218-3536
32	ASIL Proceedings	0272-5037
33	Bayerische Verwaltungsblätter	0522-5337
34	Beyond Law	0122-2260
35	Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra	0303-9773
36	Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo	1134-993X
37	Boletín Mexicano de Derecho comparado	0041-8633

(Continua)

(Continuação)

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO DA REVISTA</b>	<b>ISSN</b>
38	Boston College Environmental Affairs Law Review	0190-7034
39	Boston College International and Comparative Law Review	0277-5778
40	Boston University Law Review	0006-8047
41	British Journal of Criminology, The	0007-0955
42	British Yearbook of International Law	2044-9437
43	Bulletin for International Fiscal Documentation	0007-4624
44	Bulletin for International Taxation	0007-4624
45	Bulletin on Narcotics	0007-523X
46	California Law Review	0008-1221
47	Cambridge Law Journal, The	1469-2139
48	Canadian Journal of Law & Jurisprudence, The	2056-4260
49	Canadian Yearbook of International Law	0069-0058
50	Cardozo Law Review	0270-5192
51	Cathedra Lex	1728-2845
52	Center for Human Rights and Global Justice Working Paper	
53	Chinese Journal of International Law	1540-1650
54	Civil Procedure Review	2191-1339
55	Cleveland State Law Review	0009-8876
56	Columbia Journal of European Law	1076-6715
57	Columbia Journal of Transnational Law	0010-1931
58	Columbia Law Review	0010-1958
59	Comparative Labor Law & Policy Journal	1095-6654
60	Connecticut Journal of International Law	0897-1218
61	Constellations	1351-0487
62	Cornell International Law Journal	0010-8812
63	Corvinus Regional Studies	2061-8646
64	Crime, Law and Social Change	0925-4994
65	Criminal Justice Ethics	0731-129X
66	Criminology	0011-1384
67	Crítica Jurídica. Revista Latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho	0188-3968
68	Cuadernos de Historia del Derecho	1133-7613
69	Cuadernos de Seguridad - Instituto Nacional de Estudios Estratégicos de la Seguridad	1850-3675
70	Cuestiones constitucionales. Revista Mexicana de Derecho Constitucional	1405-9193
71	Currents International Trade Law Journal	1534-388X
72	Dalloz Affaires	1266-8540
73	Democrazia e Diritto	0416-9565
74	Denver Journal of International Law and Policy	0196-2035
75	Der Staat	0038-884X

(Continua)

(Continuação)

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO DA REVISTA</b>	<b>ISSN</b>
76	Derecho y Salud	1133-7400
77	Derechos y Libertades: Revista del Instituto de Derechos Humanos	1133-0937
78	Deutsche RechtsZeitschrift	0340-6911
79	Déviance et Societé	0378-7931
80	Diplomatie	2115-256X
81	Diritto & Diritti	1127-8579
82	Diritto @ Storia Rivista Internazionale di Scienza Giuridica e Tradizione Romana	1825-0300
83	Diritto Penale XXI Secolo	1720-5816
84	Diritto Pubblico	1721-8985
85	Dispute Resolution Journal	1074-8105
86	Doctrina Penal	0327-4020
87	Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho	0214-8676
88	Droit et Societé	0769-3362
89	Duke Journal of Comparative & International Law	1053-6736
90	Duke Law Journal	0012-7086
91	Duquesne Law Review	0093-3058
92	East African Journal of Peace & Human Rights	1021-8858
93	Economic Policy Review	1932-0426
94	Edinburgh Law Review	1364-9809
95	Education and Science Without Borders journal, Ministério da Cultura da República Tcheca, República Tcheca	1804-2473
96	Ejil - EAFIT Journal of International Law	2216-0965
97	El Otro Derecho	0122-2252
98	Emory Law Journal	0094-4076
99	Estudios Constitucionales	0718-0195
100	Estudios de Derecho Administrativo	1688-8006
101	Estudios de Derecho Judicial: Genética y Derecho	1137-3520
102	Ethics	0014-1704
103	European Constitutional Law Review	1574-0196
104	European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice	0928-9569
105	European Journal of International Law	0938-5428
106	European Journal of Law and Economics	0929-1261
107	European Taxation	0014-3138
108	Family Court Review	1531-2445
109	Finnish Yearbook of International Law	0786-6453
110	Fletcher Forum of World Affairs	1046-1868
111	Forced Migration Review	1460-9819
112	Fordham international Law Journal	0747-9395

(Continua)

(Continuação)

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO DA REVISTA</b>	<b>ISSN</b>
113	Forum Historiae Iuris - Erste Europäische Internetzeitschrift für Rechtsgeschichte	1860-5605
114	Forum on Crime and Society	1020-9212
115	Georgetown Immigration Law Journal	0891-4370
116	Georgia State University Law Review	8755-6847
117	German Yearbook of International Law	0344-3094
118	Giurisprudenza italiana	0017-0623
119	Global Crime	1744-0572
120	Global Governance	1075-2846
121	Global Responsibility to Protect	1875-9858
122	Global Sports Law and Taxation Reports	2211-0895
123	Golden Gate University Law Review	0363-0307
124	Goltdammer´s Archiv für Strafrecht - GA, Verlagsgruppe Hüthig Jehle Rehm GmbH	0017-1956
125	Gonzaga Journal of International Law	1942-9193
126	Hague Journal on the Rule of Law	1876-4045
127	Harvard International Law Journal	0017-8063
128	Harvard Journal of Law & Public Policy	0193-4872
129	Harvard Journal of Law & Technology	0897-3393
130	Harvard Law Review	0017-811X
131	Hastings International and Comparative Law Review	0149-9246
132	Hastings Law Journal	0017-8322
133	Health and Human Rights	1079-0969
134	Hendu	2236-6334
135	Hologramática (Lomas de Zamora), Lomas de Zamora	1668-5024
136	Houston Journal of International Law	0194-1879
137	Human Rights Brief	1533-6808
138	Human Rights Quarterly	0275-0392
139	Humanitares Volkerrecht	0937-5414
140	Indian Journal of International Law	0019-5294
141	Indian Socio-Legal Journal	0970-7972
142	Indiana Law Journal	0019-6665
143	InDret	1698-739X
144	International and Comparative Law Quarterly	0020-5893
145	International and Comparative Law Review	1213-8770
146	International Center for Comparative Law & Politics Review	1552-6275
147	International Community Law Review	1871-9740
148	International Criminal Justice Review	1057-5677
149	International Criminal Law Review	1567-536X

(Continua)



(Continuação)

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO DA REVISTA</b>	<b>ISSN</b>
150	International Journal of Comparative Labour Law and Industrial Relations	0952-617X
151	International Journal of Constitutional Law	1474-2640
152	International Journal of Security and Terrorism	1309-2022
153	International Labour Review	0020-7780
154	International lawyer, The	0020-7810
155	International Organizations Law Review	1572-3739
156	International Review of Law and Economics	0144-8188
157	International Review of the Red Cross (2005)	1816-3831
158	International Transfer Pricing Journal	1385-3074
159	Istituzioni del Federalismo - Rivista di studi giuridici e politici	1126-7917
160	Italian Society for Law and Literature-Dossier Law and Literature	2035-553X
161	Iuris Tantum	2007-0500
162	Ius et Praxis (Impresa)	0717-2877
163	Jahrbuch des Offentlichen Rechts der Gegenwart	0075-2517
164	Jahrbuch für Recht und Ethik	0944-4610
165	Journal of International Humanitarian Legal Studies	1878-1373
166	Journal de droit fiscal	0773-3453
167	Journal of Agricultural and Environmental Ethics	1187-7863
168	Journal of Animal Law	2154-9656
169	Journal of Applied Philosophy	0264-3758
170	Journal of Church and State	0021-969X
171	Journal of Conflict and Security Law	1467-7954
172	Journal of Criminal Law, Criminology and Police Science	0022-0205
173	Journal of Environment & Development	1070-4965
174	Journal of Gender, Race and Justice, The	1550-7815
175	Journal of Health Care Law & Policy	1097-4768
176	Journal of International Commerce, Economics and Policy	1793-9933
177	Journal of International Economic Law	1369-3034
178	Journal of International Law & International Relations	1712-2988
179	Journal of International Law and Politics	0028-7873
180	Journal of Law and Economics, The	0022-2186
181	Journal of Law and Society	0263-323X
182	Journal of Law, Medicine & Ethics, The	1073-1105
183	Journal of Legal Medicine	0194-7648
184	Journal of Legal Studies	0047-2530
185	Journal of Legislative Information	1357-2334
186	Journal of Research in Crime and Delinquency, The	0022-4278
187	Journal of Social Philosophy and Jurisprudence	
188	Journal of the History of International Law	1388-199X
189	Journal of Transnational Law & Policy	2163-5935

(Continua)

(Continuação)

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO DA REVISTA</b>	<b>ISSN</b>
190	Journal of World Trade	1011-6702
191	Jura	1218-0793
192	Juridicas	1794-2918
193	Kentucky Law Journal	0023-026X
194	Kritische Justiz	0023-4834
195	Latin American and Caribbean Journal of Legal Studies, The	1744-2222
196	Law & Ethics of Human Rights	1938-2545
197	Law & Social Inquiry	0897-6546
198	Law and Development Review	1943-3867
199	Law and Human Behavior	0147-7307
200	Law and Philosophy	0167-5249
201	Law and Society Review	0023-9216
202	Law and State	0341-6151
203	Law Quaterly Review	0023-933X
204	Lawinter Review	2153-4020
205	Legal Affairs	1538-8123
206	Legal Ethics	1460-728X
207	Leiden Journal of International Law	0922-1565
208	L'Observateur des Nations Unies	1281-3389
209	Louisiana Bar Journal	0459-8881
210	Loyola of Los Angeles Law Review	0147-9857
211	Lusíada. Direito e Ambiente	1647-0915
212	Lusíada. Economia e Empresa	1645-6750
213	Lusíada. Série de Direito	0872-2498
214	Maine Law Review	0025-0651
215	Maryland Law Review	0025-4282
216	Max Planck Yearbook of United Nations Law	1875-7413
217	McGill Law Journal	0024-9041
218	Medio Ambiente & Derecho	1576-3196
219	Melbourne Journal of International Law	1444-8602
220	Melbourne University Law Review	0025-8938
221	Michigan Journal of International Law	1052-2867
222	Michigan Law Review	0026-2234
223	Minnesota Journal of Global Trade	1944-0286
224	Mississippi Law Journal	0026-6280
225	Moderna Law Review	0026-7961
226	Montana Law Review	0026-9972
227	National Law Journal, The	0162-7325
228	Nebraska Law Review	0047-9209

(Continua)

(Continuação)

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO DA REVISTA</b>	<b>ISSN</b>
229	Netherlands International Law Review	0165-070X
230	Nevada Law Journal	2157-1899
231	New York University Environmental Law Journal	1061-8651
232	New York University Journal of International Law	0028-7873
233	Nordic Journal of International Law	1571-8107
234	North Carolina Journal of International Law	0743-1759
235	North Carolina Law Review	0029-2524
236	Northwestern University Law Review	0029-3571
237	Nuevamérica (Buenos Aires)	0325-6960
238	Ohio Northern University Law Review	0094-534X
239	Oñati Socio - Legal Series	2079-5971
240	Oxford Journal of Legal Studies	0143-6503
241	Pace International Law Review Onlin, School Of Law	1553-7897
242	Penn state international Law review	1546-3435
243	Penn State Law Review	1545-7877
244	Pensamiento Juridico	0122-1108
245	Política Exterior	0213-6856
246	Practical Lawyer, The	0032-6429
247	Pravo & drustvo	1821-4118
248	Proceedings of the American Society of International Law	0272-5037
249	Prudentia Iuris	0326-2774
250	Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno	0392-1867
251	Queen's Law Journal	0083-4041
252	Questione Giustizia	1720-4518
253	Ratio Juris	0952-1917
254	Rechtsgeschichte (Frankfurt)	1619-4993
255	Rechtstheorie	0034-1398
256	Relations Industrielles/Indus. Rel.	0034-379X
257	Review of European, Comparative & International Environmental Law	2050-0386
258	Revista Aranzadi de Derecho Ambiental	1695-2588
259	Revista Argentina del Régimen de la Administración Pública	1666-4108
260	Revista Comparazione e Diritto Civile	2037-5662
261	Revista de Contratos Públicos CEDIPRE	2182-164X
262	Revista de Derecho Ambiental	1851-1198
263	Revista de Derecho del Mercosur	0329-1685
264	Revista de Derecho Internacional	1562-8191
265	Revista de Derecho Mercantil	0210-0797
266	Revista de Derecho Penal y Criminología	0034-7914
267	Revista de Derecho Penal y Criminologia	1132-9955

(Continua)

(Continuação)

Nº	TÍTULO DA REVISTA	ISSN
268	Revista de Derecho Politico	0211-979X
269	Revista de Derecho Privado	0123-4366
270	Revista de Derecho Privado y Comunitario	1667-5223
271	Revista de Derecho Publico	1909-7778
272	Revista de Derecho y Genoma Humano (Law and the Human Genome Review)	1134-7198
273	Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales	1889-8068
274	Revista de Direito Público	1646-9119
275	Revista de Direito Público e Regulação	1647-2306
276	Revista de Estudios Políticos	0048-7694
277	Revista de Historia del Derecho	1853-1784
278	Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales	1667-796X
279	Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración: Seguridad Social continuada por Revista del Ministerio de Empleo y Seguridad Social	2174-7504
280	Revista Derecho Penal	2250-7558
281	Revista Derecho y Ciencias Sociales	1852-2971
282	Revista do Ilanud	1609-6274
283	Revista do Instituto Colombiano de Derecho Tributario	0122-0799
284	Revista do Instituto do Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - RIDB	2182-7567
285	Revista Española de Derecho Constitucional	0211-5743
286	Revista General de Derecho Constitucional	1886-6212
287	Revista General de Derecho Penal	1698-1189
288	Revista General de Derecho Romano	1697-3046
289	Revista Iberoamericana de Derecho Público y Administrativo	1409-4312
290	Revista IIDH	1015-5074
291	Revista Internacional Del Trabajo	1564-9148
292	Revista Juridica de la Universidad Interamericana de Puerto Rico	0041-851X
293	Revista Jurídica del Perú	0484-7784
294	Revista Juridica do Urbanismo e do Ambiente	0872-9336
295	Revista Mexicana de Historia del Derecho	0188-0837
296	Revista Opinión Jurídica - Universidad de Medellín	1692-2530
297	Revista Penal	1138-9168
298	Revista Peruana de Derecho Procesal	1991-1688
299	Revista Portuguesa de Ciência Criminal	0871-8563
300	Revista Portuguesa de Direito do Consumo	0873-9773
301	Revista Propiedad Intelectual	1316-1164
302	Revue Belge de Droit International	0035-0788
303	Revue de la Recherche Juridique: Droit Prospectif	0249-8731
304	Revue De L'arbitrage	0556-7440

(Continua)

(Continuação)

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO DA REVISTA</b>	<b>ISSN</b>
305	Revue de Science Criminelle et Droit Pénal Comparé	0035-173
306	Revue Du Droit Public	0035-2578
307	Revue Générale de Droit International Public	0373-6156
308	Revue Historique de Droit Français et Étranger	0035-3280
309	Revue Internationale de Droit Comparé	0035-3337
310	Revue internationale de droit pénal	0223-5404
311	Revue Internationale de la Croix-Rouge	0035-3361
312	Revue Juridique Themis	0556-7963
313	Revue Semestrielle de Droit Animalier	2259-6232
314	Revue Trimestrielle des Droits de L'homme	0777-3579
315	Rivista Critica del Diritto Privato	1123-1025
316	Rivista Del L'arbitrato	1122-0147
317	Rivista della Cooperazione Giuridica Internazionale	1129-2113
318	Rivista di Diritto Civile	0035-6093
319	Rivista di Diritto Processuale	0035-6182
320	Rivista Diritto Pubblico Comparato ed Europeo	1720-4313
321	Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto	0035-6727
322	Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale	0557-1391
323	Rivista trimestrale di diritto e procedura civile	0391-1896
324	Rivista Trimestrale di Diritto Processuale Amministrativo	0393-1315
325	Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico	0557-1464
326	Roma e America. Diritto Romano Comune	1125-7105
327	Scientia Iuridica	0870-8185
328	South African Journal on Human Rights	0258-7203
329	Southern California Law Review	0038-3910
330	Stanford Law Review	0038-9765
331	Syracuse Journal of International Law and Commerce	0093-0709
332	Tax Notes International	1048-3306
333	Tax Planning International, European Union Focus	1740-5343
334	Teoria y Realidad Constitucional	1139-5583
335	Texas Law Review	0040-4411
336	Theoretical Inquiries in Law	1565-1509
337	This Century's Review	2195-3422
338	Thomas Jefferson Law Review	1090-5278
339	Trends in Organized Crime	1084-4791
340	Tulane European & Civil Law Forum	1045-8891
341	Tulane Law Review	0041-3992
342	University of Chicago Law Review, The	0041-9494
343	University of Miami Inter-American Law Review, The	0884-1756
344	University of Pennsylvania Law Review	0041-9907

(Continua)

(Continuação)

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO DA REVISTA</b>	<b>ISSN</b>
345	University of Toronto Law Journal	0042-0220
346	Verba Iuris	0121-3474
347	Vereinte Nationen	0041-384x
348	Verfassung und Recht in Ubersee	0506-7286
349	Vermont Bar Journal	0748-4925
350	Vienna Online Journal on International Constitutional Law	1995-5855
351	Virginia Journal of International Law	0042-6571
352	Virginia Journal of Social Policy and the Law Association	1068-7955
353	Virginia Law Review	0042-6601
354	Washington and Lee Law Review	0043-0463
355	Willamette Law review	1942-8340
356	William & Mary Bill of Rights Journal	1065-8254
357	Wisconsin International Law Journal	0743-7951
358	Yale Human Rights & Development Law Journal	1548-2596
359	Yale Journal of International Law	0889-7743
360	Yale Law Journal, The	0044-0094
361	Yearbook of Islamic and Middle East Law	1384-2935
362	Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte: Romanistische Abteilung	0323-4096
363	Zeitschrift Für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht	0044-2348
364	Zeitschrift Für Die Gesamte Strafrechtswissenschaft (ZStW)	0084-5310
365	Zeitschrift für Gemeinschaftsprivatright - GPR	1612-9229
366	Zeitschrift für Internationale Strafrechtsdogmatik	1863-6470
367	Zeitschrift für Zivilprozess International	1434-8888
368	Ποινικός Λόγος	1109-1940

## ANEXO A - CONSULTA AO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES VIA SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

### DADOS DO PEDIDO

Protocolo	23480004188201761
Solicitante	Eliane Azevedo Gomes
Data de Abertura	16/02/2017 20:48
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Prazo de Atendimento	23/03/2017
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Informações enviadas por e-mail) Forma de Recebimento da Resposta Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Critérios utilizados para classificar os periódicos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes
Detalhamento	Sou estudante de pós-graduação em Biblioteconomia na UNIRIO e estou fazendo um trabalho sobre o Portal de Periódicos da Capes. Assim solicito informações sobre os critérios utilizados para classificar os periódicos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes nas áreas do conhecimento e suas subáreas. Quando um periódico é inserido no Portal da Capes quais são os critérios que vocês utilizam para saber a que área ele pertence? Minha pergunta se baseia no fato do periódico International Community Law Review estar classificado como Ciências Humanas: Ciência Política apesar dele ser um periódico destinado ao estudo do Direito Internacional.

**DADOS DA RESPOSTA**

Data de Resposta 20/03/2017 09:56

Tipo de Resposta Acesso Concedido

Classificação do Tipo de Resposta Informações enviadas por e-mail

Resposta Cara Eliane,

Em resposta ao seu e-SIC, informamos que a classificação de periódicos no Portal segue a tabela de áreas do conhecimento da Capes e sua hierarquia de assuntos.

Durante o processo de classificação são consultados, além dos próprios conteúdos e seus editoriais, bases de dados de indicadores bibliométricos, como a avaliação Qualis.

Possivelmente o periódico indicado estava em processamento quando consultado e por isso apareceu apenas a área de Ciência Política. Agora ele, também, está indexado na área de Direito.

Atenciosamente,  
SIC/Capes

Responsável pela Resposta

Destinatário do Recurso de Primeira Instância:

Prazo Limite para Recurso

Em até 10 dias é possível apresentar recurso para análise do Diretor de Programa no País da Capes.  
Diretoria de Programas e Bolsas no País  
Diretor de Programas e Bolsas no País

30/03/2017

**CLASSIFICAÇÃO DO PEDIDO**

Categoria do Pedido Educação

Subcategoria do Pedido Educação superior

Número de Perguntas 1

**HISTÓRICO DO PEDIDO**

<b>Data do evento</b>	<b>Descrição do evento</b>	<b>Responsável</b>
16/02/2017 20:48	Pedido Registrado para o Órgão CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	SOLICITANTE
13/03/2017 16:27	Pedido Prorrogado	MEC - Ministério da Educação/CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
20/03/2017 09:56	Pedido Respondido	MEC - Ministério da Educação/CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior